

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
RESUMÉ.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I.....	9
1- DO EMPREENDEDORISMO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM TEMA EMBRIONÁRIO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	9
1.1 - Introdução ao Conceito “Empreendedorismo”.....	9
1.2 - Dimensão Social do Empreendedorismo.....	10
1.2.1 - Empreendedor social.....	13
1.3 - Terceiro Sector/ Economia social.....	15
CAPÍTULO II.....	19
2 - A GLOBALIZAÇÃO E A IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA EU.....	19
2.1 - Movimentos Migratórios Africanos.....	21
2.2 - As Migrações – Principais Teorias.....	23
2.3 - As Políticas de Imigração em Portugal.....	26
2.4 - As Principais Minorias Étnicas Africanas (PALOP) em Portugal.....	27
CAPÍTULO III.....	29
3 - ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: EMQUADRAMENTO TÉORICO E CONCEPTUAL.....	29
3.1 - Associação a Nível Teórico.....	30
3.2 - Processo de Criação de uma Associação de Imigrante.....	33
3.2.1 - Conservação e transmissão da diversidade cultural.....	37
3.2.2 - Imigração em torno do conceito de Pobreza e exclusão social.....	39
3.2.3 - As associações imigrantes na promoção da integração social.....	40
3.2.3.1 - As políticas de integração económica e social.....	44
3.2.4 - Relações horizontais dentro das associações imigrantes.....	46
3.2.4.1 - Os líderes associativos.....	47

CAPÍTULO IV.....	48
4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
4.1 - Pesquisa Qualitativa.....	48
4.2 - As Técnicas de Investigação.....	49
4.2.1 - Entrevista.....	49
4.2.2 - O processo de análise.....	50
4.3 - Objectivos.....	51
CAPÍTULO V.....	52
5- A ANÁLISE DE DOIS CASOS: ASSOCIAÇÃO UNIDA E CULTURAL E ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PRÍNCIPE - AAP.....	52
5.1 - A História e Contextualização.....	53
5.2 - A Missão e Estratégia.....	55
5.3 - A Política de Parceria.....	58
5.4 - Estrutura de Implementação.....	60
5.4.1 - Os recursos financeiros.....	60
5.4.2 - A força de voluntariado.....	64
5.4.3 - Estrutura e normas organizacionais.....	66
5.4.4 - Governança.....	67
5.4.5 - Medição do desempenho.....	69
5.5 - Percursos Típicos de Inserção da Comunidade Sãotomense.....	70
5.6 - Principais Dificuldades da Comunidade Sãotomense.....	71
5.7 - Acções Desenvolvidas para Promover a Integração.....	72
5.8 - Empreendedores sociais.....	73
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
8 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
ANEXO I - Guião de Entrevistas.....	85
ANEXO II - Entrevistas.....	88
ANEXO III – Estatuto.....	109

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa cujo resultado se apresentam beneficiou do valioso e indispensável contributo de um conjunto de pessoas a quem gostaria de deixar expressa a minha profunda gratidão.

Não querendo omitir aqueles que, de diversas formas, se prontificaram a prestar os seus mais variados esclarecimentos, transmitindo grande parte dos seus conhecimentos acumulados ao longo do seu percurso profissional, desejo lembrar aqui alguns nomes que seguiram mais de perto o desenvolvimento desta morosa tarefa. Sem o seu inesgotável apoio, julgo que não teria sido possível alcançar o objectivo a que dediquei os últimos tempos da minha vida académica.

Quero salientar o meu especial agradecimento:

Ao Professor Doutor Donizete Rodrigues a quem coube a orientação científica do estudo, pela leitura crítica e rigorosa, pelas sugestões tanto a nível de forma como dos conteúdos, pela sua disponibilidade sempre apresentada.

Aos meus professores e em especial (Professor Doutor Alcides A. Monteiro; Professora Doutora Johanna Schouten.

Aos meus pais (Arnaldo Lima Rosário da Trindade e Balbina Rodrigues Tiny Trindade), irmãos, Joyce Ramos e familiares.

Ao Doutor José Camilo, pelos conhecimentos que comigo partilhou, pela confiança transmitida e pelas palavras de coragem que me animaram a realizar este estudo.

À Doutora Augusta Lima da Trindade pelas correcções a nível ortográfico e de em termos de sintaxe.

E, por último, às pessoas que foram indispensáveis neste estudo: os líderes associativos das associações (Unida e Cultural e Amigos do Príncipe) que tornaram possível esta dissertação, pela ajuda que prestaram ao responderem a todas as questões aplicadas, mesmo aquelas que parecem mais «estranhas» e pelo aspecto acolhedor com o qual contagiaram todas as etapas da pesquisa.

RESUMO

O presente estudo inscreve-se no amplo domínio do empreendedorismo social e, em particular, na temática do associativismo imigrante, incidindo sobre duas associações de natureza social e cultural criada por imigrantes são-tomense residente em Portugal.

São consideradas duas categorias de funções como denominadores comuns à generalidade das associações de migrantes: por um lado, a preservação e divulgação da cultura de origem e, por outro lado, a integração, na sociedade receptora, das populações que representam, existindo entre ambas uma estreita articulação.

O objectivo desta dissertação é o de saber qual benefício dos empreendedores sociais, personificados na actuação das associações imigrantes são-tomense, para a comunidade local evidenciando as suas missões, estratégias, o modelo organizacional, e sobretudo, o que difere estas organizações sociais que visam o lucro social das iniciativas privadas.

Concluiu-se que, pese embora exista graves problemas de ordem financeiro - que são colmatados através de parcerias a diversas instituições públicas e recurso a voluntários sócios - estas organizações, têm dado respostas através dos projectos e programas implementados na comunidade.

É o que procuramos reflectir, a partir da análise da produção teórica, bem como de estudos de caso de duas associações imigrantes o que permitiu apresentar, como fruto deste processo de investigação, propostas para um reflexão do empreendedorismo social em Portugal.

Palavras-chaves: Empreendedorismo Social, Empreendedor Social, Associativismo, Imigrantes, Inserção, Integração, Terceiro Sector.

ABSTRACT

Done within the scope of social entrepreneurship vast area this study, dealing specially with the issue of migrant associations, focuses on two socio-cultural associations founded by sãotomense immigrants residing in Portugal.

Two main role categories were considered as common denominators to the associations of migrants: the preservation and spreading of culture, and the insertion and integration, in the host society, of the population they represent. These two roles often function simultaneously.

The purpose of this dissertation is to know the benefit of social entrepreneurs acting in associations of São Tomé and Príncipe immigrants, for the local community and highlighting their missions, strategies, the organizational model, and more importantly, what differs these social organizations that aim to profit social development from private initiatives.

It was concluded that, although there is serious financial problems that are addressed through partnerships with various public institutions and use of volunteer members, these associations have given answers through projects and programmes implemented in the community.

Finally, we have presented some actions of application of the knowledge generated in this investigation, as well as suggestions for better spreading and refining it.

Key words: Social Entrepreneurship, Social entrepreneur, Association Movement, Immigrants, Insertion, Integration, Third Section.

RESUMÉ

Cet étude s'inscrit dans le domaine de l'entrepreneuriat social particulièrement dans la thématique associatif des immigrants, versant sur deux associations de nature sociale e culturelle créées par des immigrants saotoméens au Portugal.

On peut considérer deux catégories de fonctions comme déterminantes communs à la généralité des associations des immigrants: d'un côté la préservation et la divulgation de la culture d'origine, et de l'autre, l'insertion et l'intégration, dans la société réceptrice, des populations y représentées, existant entre les deux une étroite articulation.

L'objectif de cette dissertation est de savoir quel est le bénéfice des l' entrepreneurs sociaux, implimentées dans les assotiations des immigrants saotoméens, pour la communauté locale, mis en évidence ses missions, ses stratégies, son modèle organisationnel et, plus important encore, ce qui diffère des ces organisations sociales qui visent à profit le développement social des ont pour initiatives privées.

On peut conclure que malgré les graves problèmes d'ordre financière - qui sont résolus avec des coopérations des diverses institutions publiques et membres bénévoles - ces organisations ont donné des réponses à travers des projets et programmes mis em œuvre dans la communauté.

À partir de cette analyse de production théorique, bien que des études de deux cas de deux associations, on obtient des propositions pour une réflxion des l'entrepreneuriat social au Portugal.

Mots-clés: l'entrepreneuriat social, Entrepreneur Social; Association (d' immigrants), Immigrantes, Integrations; Intégration, Troisieme Secteur

INTRODUÇÃO

Realizar um estudo sobre o Empreendedorismo e Serviço Social, e consequentemente, sobre *os empreendedores sociais: benefícios das associações de imigrantes para a comunidade local* constituem uma escolha difícil, resultante de uma série de interrogações que nos foram surgindo à medida que analisávamos as questões relacionadas como o empreendedorismo.

A opção por este tema está directamente relacionada com o facto de me interessar muito pelas áreas da Sociologia das Organizações e Migrações e para além disso, este tema tem muita pertinência porque se circunscreve num conjunto de reflexões sociológicas importantes para a compreensão da sociedade actual, e assim, poderemos contribuir para um melhor conhecimento do Terceiro Sector em Portugal.

O Sector não Lucrativo ou Terceiro Sector, personificado pelas associações, é a expressão de uma solidariedade ao nível privado e local. O seu objectivo não é material mas sim imaterial. Seus públicos são as populações desfavorecidas e excluídas pelas condicionantes da vida - doenças, desemprego, etc. Assim sendo, o sector sem propósito lucrativo reagrupa as associações formais - o qual a existência é oficialmente reconhecida - independentes das autoridades públicas das empresas, autónomas, caracterizada pela ausência da distribuição dos eventuais lucros das suas actividades e move-se graças a participação voluntária dos benévolos (Helba, 2003).

Esta dissertação, que é composta por componente teórica e empírica, divide-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, pretendemos salientar algumas das importantes dimensões que caracterizam o empreendedorismo, desde a sua vertente social ligada à solidariedade social, passando pelo empreendedor social capaz de mobilizar pessoas e organizações do Terceiro Sector.

No segundo capítulo, o objectivo é o de contextualizar a imigração na União Europeia: por um lado, os movimentos migratórios africanos no sentido de descortinar o que estão na origem de grandes fluxos de pessoas para a Europa, por outro, destacar o enquadramento teórico que tentam explicar a abundância de pessoas que partem a procura de melhores condições de vida e, finalmente, referir a existência de políticas de imigração e as principais minorias étnicas existente em Portugal.

No terceiro capítulo, será feita uma resenha conceptual sobre o associativismo e as principais teorias que debruçam sobre este conceito. Também serão revistos os processos de criação de associação imigrante bem como as suas funcionalidades e motivações, as relações que se estabelecem com o exterior, e por último, evidenciaremos os representantes ou porta-vozes das comunidades migrantes que são os líderes associativos.

No quarto capítulo, prende-se com as questões metodológicas aplicadas nesta dissertação. Pelas características do estudo, procedeu-se a um método qualitativo através de aplicação de entrevistas semi-directivas efectuadas aos representantes de duas associações imigrantes.

No quinto capítulo da dissertação e dando cumprimento daquela que constituiu a principal motivação deste trabalho, apresenta-se uma caracterização das associações imigrantes, resultante de um processo de entrevista semi-directiva. Este processo de aplicação de entrevistas aos líderes associativos, pretendeu obter um conjunto de informações que permiti caracterizar, por um lado, o perfil das associações imigrantes são-tomenses, por outro lado, as questões da inserção social, do voluntariado, das parcerias e da própria gestão organizacional dentro destas associações. A intenção foi sobretudo a de saber os préstimos das associações imigrantes para a comunidade local.

Assim, as perguntas que serão o fio condutor nesta pesquisa são:

- *Uma vez que existe a transmissão da herança cultural por parte dos imigrantes aos seus descendentes, qual o papel dos empreendedores sociais na integração e inserção dos imigrantes são-tomenses na sociedade portuguesa?*
- *Os empreendedores sociais expõem nas suas acções, estratégias de desenvolvimento humano e de autonomia social para enfrentarem a pobreza e exclusão social de que estão sujeitos estes imigrantes, quais são essas estratégias?*

Estas questões serão o caminho que pretendemos percorrer em busca de várias respostas e soluções de vários problemas que, de certeza, vamos deparar na realização deste estudo.

CAPÍTULO I

1- DO EMPREENDEDORISMO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM TEMA EMBRIONÁRIO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

1.1 - Introdução ao Conceito “Empreendedorismo”

O conceito “empreendedor” tem vindo a ser desenvolvido ao longo de muitas centenas de anos, derivado do verbo francês *entreprendre* que significa “fazer alguma coisa”, aparecendo pela primeira vez no século XII (Hébert, 1982). No século XV, refere-se primeira vez o nome *entrepreneur* (Hoseitz, 1960 cit. in Gonçalves, 2000).

A investigação académica sobre o empreendedorismo surge com o nascimento do pensamento económico. Segundo Hébert, Baudeau ainda no século XVIII, foi o segundo autor a contribuir significativamente para um avanço na teoria económica do empreendedorismo, ao definir o empreendedor não só como uma pessoa com a capacidade para assumir riscos mas, também, como um inovador que reduz o risco através da invenção. Baudeau identificou a necessidade de conhecimento, informação e competências por parte do empreendedor (1982).

Na linguagem usual, a ideia de empreendedorismo está frequentemente ligado à criação de negócios privados lucrativos, ou seja, a uma actividade económica de mercado, e a ideia de empreendedor está directamente relacionada a de empresários.

O empreendedorismo é um tema tradicionalmente desenvolvido nas disciplinas da economia e da gestão empresarial e, na sua origem, está efectivamente associada de criação de valor e da produtividade, no sentido de optimização de recursos e de eficiência económica em benefício da criação de valor. Ao longo do tempo outras ideias também foram sendo desenvolvidas no âmbito deste conceito. No início do século XX Schumpeter desenvolveu uma ideia que continua central no conceito de empreendedorismo até a actualidade – inovação. Segundo este autor, os empreendedores são instrumentos para a introdução de mudanças na economia – eles são os agentes que instigam a destruição criativa nas economias estáticas, destruindo os produtos e processos obsoletos através da inovação (Schumpeter, 1934 cit. in Gonçalves, 2000).

Ao definir o empreendedor como um distribuidor de recursos, focaliza-se assim na capacidade empresarial para gerir os desequilíbrios, deu início à prevalência da

escola americana no domínio do empreendedorismo, em particular no que se relaciona com a ciência económica. Um outro contributo importante do autor, foi a identificação da possibilidade de desenvolvimento da capacidade empreendedora através da experiência e educação, ou seja, ultrapassa o determinismo das características inatas (Schultz, 1975, 1980 cit. in Gonçalves, 2000).

Nos anos 80 do século XX, Drucker (1997) introduz uma outra ideia também central para a concepção do empreendedorismo – a de oportunidade. Este autor entende o empreendedor como um agente que explora as oportunidades existentes e geradas pelas mudanças económicas, sociais, tecnológicas e normativas. Neste sentido, e sem aprofundar o debate teórico, é possível destacar pelo menos três ideias fulcrais para o empreendedorismo: criação de valor, a inovação e a capacidade de aproveitamento de oportunidades de criação da actividade económica.

A promoção do empreendedorismo teve um forte impulso nos últimos 30 anos no contexto das profundas alterações no mercado de trabalho, constituindo-se como um instrumento de políticas económicas, de estímulo de criação de emprego e de auto-emprego, bem como de promoção de dinâmicas de desenvolvimento local. Relembre-se que a criação do espírito empresarial constitui o segundo pilar da Estratégia Europeia para o Emprego.

Segundo a Comissão Europeia de 1998, o empreendedorismo é definido como um processo dinâmico a partir do qual indivíduos identificam sistematicamente oportunidades económicas, e respondem ao desenvolver, produzir e vender bens e serviços. Este processo requer qualidades, como a autoconfiança, capacidade para assumir riscos e sentido de desenvolvimento pessoal.

1.2 - Dimensão Social do Empreendedorismo

O empreendedorismo social surge com a falha governamental, filantrópica e ineficiência das organizações sociais para resolver os problemas sociais. Assiste-se actualmente, a uma constatação da impossibilidade de o Estado reforçar, ou pelo menos manter, o seu papel de Estado-Providência, o que provoca a descentralização dos instrumentos de protecção social. É neste contexto que surge a nova legislação sobre a Segurança Social, o Pacto para Cooperação e Solidariedade e se assiste um regresso de formas de Segurança Social de nível empresarial.

Drucker ressalta, dois pontos importantes na discussão sobre o empreendedorismo: primeiro, iniciar um negócio não é necessário ou suficiente para o empreendedorismo; segundo, o empreendedorismo nem sempre requer finalidade de lucro (1987). Ora, é no segundo ponto que centramos esta dissertação.

Dessa forma, ao longo das últimas décadas, as denominadas organizações sem fins lucrativos recorrentemente têm se utilizado das ferramentas associadas à escola do empreendedorismo, o que possibilitou a emergência de uma nova conceptualização nesta área de conhecimento: o empreendedorismo social (Silva, 2003).

A designação de empreendedorismo social é mais recente, data sobretudo nos anos 90 do século XX. Poder-se-á afirmar que actualmente se encontra em emergência, em resultado designadamente do desenvolvimento da investigação sobre as associações imigrantes e sobre o Terceiro Sector, também designado frequentemente de Economia social não configurando ainda uma problemática específica das ciências sociais. As associações em geral e as associações de imigrantes em particular são perspectivadas como uma nova geração ou como fazendo parte de um movimento de renovação do Terceiro Sector. A união entre o empreendedorismo no tradicional domínio da economia e gestão empresarial, e a recente emergência da temática das associações imigrantes é espontânea, carecendo de uma efectiva problematização teórica e conceptual.

O empreendedorismo social tem como propósito auferir resultados sociais expressivos, gerar mudanças e como consequência melhorar a vida das pessoas, (...) *fortalecer o auto-conceito e a descoberta das próprias capacidades clarificar valores genuínos, preservar a riqueza da vida humana e renovar as razões de esperança no futuro do mundo* (Melo Neto & Fróes, 2001: 46).

Esta versão social do empreendedorismo é, assim, um tema que tem vindo a emergir como consequência do desenvolvimento e afirmação do Terceiro Sector e das associações imigrantes em particular. As potencialidades atribuídas ao empreendedorismo social e ao Terceiro Sector enquadram-se no âmbito de três grandes problemáticas:

- A luta contra a pobreza e a exclusão social
- O emprego e a inserção sócio profissional
- O desenvolvimento local e sustentável.

Tal como o empreendedorismo e o espírito empresarial são promovidas no âmbito das políticas de emprego e desenvolvimento económico e social, o empreendedorismo social comporta um significado potencial nos mesmos âmbitos. Num conjunto de recomendações elaborado no âmbito do projecto PERSE¹ – *Performance socio-economique des entreprises sociales d’insertion par le travail*, a par de orientações no sentido de um maior reconhecimento das especificidades destas empresas, do seu apoio financeiro e técnico, entre outras, é recomendação a definição, ao nível comunitário, no papel específico das empresas de inserção pelo trabalho num livro verde sobre o empreendedorismo (Borzaga & Loss, 2002).

Apresentamos a seguir um quadro comparativo entre empreendedorismo social e empresarial.

Quadro 1: Comparação entre empreendedorismo privado e social

Empreendedorismo Privado	Empreendedorismo Social
<ul style="list-style-type: none"> • É individual; 	<ul style="list-style-type: none"> • É colectivo;
<ul style="list-style-type: none"> • Produz bens e serviços para o mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Produz bens e serviços para a comunidade;
<ul style="list-style-type: none"> • Tem origem no mercado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem âmago na procura de soluções para os problemas sociais;
<ul style="list-style-type: none"> • A sua medida de desempenho é o lucro; 	<ul style="list-style-type: none"> • A sua medida de desempenho é o impacto social;
<ul style="list-style-type: none"> • Visa satisfazer necessidades dos clientes e alargar as potencialidades do negócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visa resgatar as pessoas da situação de risco social e promove-las.

Fonte: Elaborado a partir de Melo Neto & Fróes, 2002:11.

Dessa forma, é possível perceber que o empreendedorismo social é diferente do

¹ O projecto PERSE tem por objectivo de análise aproximadamente 200 empresas sociais de inserção pelo trabalho, em 11 Países da União Europeia, e tem por objectivo medir os benefícios individuais e colectivos dessas empresas sociais, identificar os recursos especificamente mobilizados, os seus modelos organizacionais e a sua evolução.

Empreendedorismo privado, pois o primeiro não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais, enquanto o segundo não é direccionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de risco social - exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida.

A partir deste ponto, alguns autores, começam a apresentar uma série de conceitos sobre empreendedorismo social, tal como: o empreendedor social que é visto como uma espécie de líder – suas ideias e inovações não são agregadas aos produtos e serviços a serem produzidos e prestados. Mas, sobretudo, são adicionados à metodologia utilizada na procura de soluções para os problemas sociais, o objectivo das acções do empreendedorismo. Pode referir-se desde já que, o estudo que se apresenta versa sobre dois líderes são-tomenses associativos e sua visão empreendedora para o auxílio das populações onde estão inseridos.

No contexto da hegemonização da economia capitalista, o associativismo bem como o cooperativismo e o mutualismo, desenvolviam formas de actividade económica, cultural, cívica, caritativa, mais democráticas, participativas, de livre adesão, e autónomas dos poderes públicos tendo como finalidade o bem comum dos seus membros ou da comunidade geral. O empreendedorismo social surge, assim, no contexto actual, com um significativo potencial de inovação e construção de alternativas de emprego e próprio emprego, designadamente para os profissionais da área das ciências sociais.

Para situar o empreendedorismo social nas ciências sociais, importa reter que este emerge como resultado das dinâmicas de investigação associadas aos conceitos do Terceiro Sector ou economia social que definiremos no ponto que se segue ao empreendedor social.

1.2.1 - Empreendedor social

A vasta literatura, científica e não científica, provenientes das mais diversas áreas disciplinares e perspectivas, tem abordado o conceito *social entrepreneur* a partir de significados muito díspares. Este conceito tanto pode remeter-se a liderança de uma organização não lucrativa ou lucrativa, como à actuação de uma organização. Tanto pode referir-se à actuação e características de um indivíduo como à de um colectivo.

Tanto pode apontar para a liderança de uma organização como para um processo desencadeado independentemente da existência prévia de uma organização.

Em Portugal, a noção do empreendedor surge mais frequentemente na referência à criação de empresas que actuam no mercado e têm frequentemente um carácter lucrativo. Pode surgir também na referência à iniciativa individual por parte de pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos (mulheres, minorias étnicas, desempregados), em alguns programas públicos de apoio a iniciativas e projectos. Este conceito não está disseminado a nível da discussão sobre as organizações de economia social e solidária sendo a noção de empresário social privilegiada para designar os seus dirigentes.

O crescente interesse que o conceito tem suscitado na referência às actividades e organizações de interesse colectivo tem feito emergir o conceito de empreendedor social. Neste caso, é possível identificar, entre outras, uma perspectiva subjacente à prática dos empreendedores sociais que aponta para a noção de mudança sistémica.

Os empreendedores sociais são diferentes dos empreendedores. Brinckerhoff, (2000:1) faz uma distinção referindo que os *empreendedores tradicionais correm riscos em benefício próprio ou da organização, a característica chave dos empreendedores sociais é que eles correm riscos em benefício das pessoas a quem a sua organização serve.*

Para Vieira e Gauthier (2000), os empreendedores sociais são aqueles que criam valores sociais através da inovação e da força de recursos financeiros, independente da sua origem, visando o desenvolvimento social, económico e comunitário; têm a visão, a criatividade, e a determinação para redefinirem os seus campos; são os pioneiros na inovação de soluções para os problemas sociais e não podem descansar até mudarem todo o modelo existente da sociedade.

Igualmente Drayton, refere que o trabalho do empreendedor social é ver onde a sociedade está estagnada e encontrar uma nova maneira de resolver o problema (2003).

Melo Neto e Fróes (2002:34), ao analisar o perfil do empreendedor social, afirmam que qualquer indivíduo não pode ser um empreendedor social. O empreendedorismo social é uma combinação de (...) *ciência e arte, racionalidade e intuição, ideia e visão, sensibilidade social e pragmatismo responsável, utopia e realidade (...).*

Pode considerar-se que Dees (2001) faz uma conclusão sobre o que são os empreendedores sociais definindo-os como os reformadores ou revolucionários

mencionados por Schumpeter mas com uma missão social. São autores de mudança no sector social porque:

- Fazem transformações sociais na forma como as coisas são feitas neste sector;
- Combatem as causas dos problemas em vez de tratar apenas os sintomas;
- Pretendem reduzir as necessidades e não apenas satisfazê-las;
- Tentam criar mudanças sistémicas e melhorias sustentáveis;
- Apesar de agirem localmente, as suas acções têm o potencial de estimular melhoramentos globais nas arenas escolhidas.

A Ashoka é uma associação internacional (presente em vários países) que promove justamente o papel do *social entrepreneur* através por exemplo, da atribuição de um prémio internacional a dirigentes de organizações que se notabilizaram por serem agentes da mudança e apresentam soluções novas para problemas sociais. A função do empreendedor social é reconhecer quando uma parte da sociedade está bloqueada e fornecer novos modos de a desbloquear. Ele ou ela identificam o que não está a funcionar e resolvem o problema mudando o sistema, difundindo a solução e convencendo sociedades inteiras a darem novos saltos. Os empreendedores sociais não se contentam apenas em dar o peixe ou a ensinar a pescar. Eles não descansarão enquanto não revolucionarem a indústria da pesca (2004).

Os empreendedores sociais são aqueles que criam valores sociais através da inovação e da força de recursos financeiros, independentemente da sua origem, visando ao desenvolvimento social, económico e comunitário.

1.3 - Terceiro Sector/ Economia Social

É reconhecida a dificuldade de identificar uma designação e definição comum que caracterize as organizações que não se identificam com a administração pública ou com as empresas lucrativas. Quer os traços identificados quer as designações variam em termos de região (ou mesmo país) e de tradições teóricas, tendo estas distinções sido objecto de análise por parte de alguns autores (Defourny, 2001). Assim, são frequentes referências como: Economia Social, Terceiro Sector, Terceiro Sistema, Sector Não

Lucrativo, Economia de Interesse Geral, Economia Popular, Economia Comunitária e Economia Solidária.

O Terceiro Sector deve ser conceptualizado como *uma dimensão da esfera pública nas sociedades civis, isto é, um campo de tensões sem fronteiras claras, onde racionalidades e discursos diferentes coexistem e se intersectam* (Evers, 1995:161).

Na perspectiva de Halba, o Terceiro Sector ou sector sem fins lucrativos pode ser definido como um conjunto de organismos que são simultaneamente: institucionalizado, são excluídas associações declaradas e pontuadas; privado, separadas do Estado e das colectividades territoriais – o financiamento público deve manter-se minoritário, por isso afastado das associações públicas; independente - nenhuma entidade exterior, pública ou privada, o deve controlar; sem fins lucrativos – por outras palavras não podem distribuir o lucro nem aos seus membros e nem aos seus administradores; beneficiam duma participação voluntária e benévola (2003).

Os desafios que se colocam ao Terceiro Sector para a afirmação e demonstração de mais-valias efectivas nestes domínios são diversos. Num Estudo de Comissão Europeia (2001) refere dificuldades como:

- A delimitação e caracterização do Terceiro Sector do ponto de vista teórico e conceptual - o Terceiro Sector, na designação da Comissão Europeia, designam um campo em aberto entre o sector público e o sector privado não lucrativo, integrando uma realidade empírica heterogénea e difusa de organizações muito diferentes; um dos resultados deste Estudo foi o da construção de uma definição para o sector, mas outros quadros teóricos e conceptuais têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos – a economia social e solidária, o sector das organizações não lucrativas e voluntárias, entre outras;
- A quantificação do sector, já não existe sistemas estatísticos adequados à apreensão e conhecimento do Terceiro Sector enquanto tal; o critério operacional mais utilizado para análises de grande escala continua a isolar os ramos associativos (em toda a sua pluralidade), mutualista e cooperativo, sendo incluídos, em alguns casos, as organizações religiosas, os sindicatos, as fundações, entre outras;
- A ausência de um reconhecimento oficial e eventualmente de enquadramentos legais e jurídicos próprios, bem como a ausência de uma identidade comum a todos os ramos do Terceiros Sector e entre um “velho” e um “novo” Terceiro Sector, este composto por empresas sociais;

- A necessidade de desenvolvimento de sistemas de comunicação entre o Terceiro Sector e o sector público e privado lucrativo;
- A necessidade de desenvolvimento de produtos e serviços e quadros de apoio financeiros adequados;
- A necessidade de desenvolvimento de estruturas de apoio e suporte ao Terceiro Sector.

Tal como o empreendedorismo e o espírito empresarial são promovidos no âmbito das políticas de emprego e desenvolvimento económico e social, o empreendedorismo social comporta um significativo potencial nos mesmos campos de acção.

O termo economia social não só une aparentes opostos (económico e social), mas tem as suas raízes no mundo real, onde um largo aspecto de iniciativas económicas procuram associar objectivos económicos e sociais num vector de acção comum (Coutinho, 2002).

O conceito da economia social é definido por Halba (2003) como reunindo actualmente quatro instituições: a mutualidade, a cooperação, a associação e a fundação. As características das actividades de economia social apoiam-se em três princípios: o primeiro é a primazia da individualidade – os membros participam pessoalmente. A segunda é a solidariedade dos membros do grupo – resguardar o interesse colectivo. A última característica é o papel das cooperativas em relação aos agentes económicos - as empresas de produção, de comércio ou de serviços.

O sector da economia social é uma actividade privada mas resulta na recuperação de acções norteadas para a esfera pública. Provoca a construção de alternativas económicas, através do desenvolvimento de acções solidárias e democráticas, entre a instância pública e sector da sociedade civil², que se transformam em ocorrências revolucionário, de solidariedade, de cidadania, de promoção da justiça e da equidade na partilha dos recursos, com o propósito de colmatar desigualdades sociais, causadora de pobreza e de exclusão social (Gonçalves, 2000).

Contudo, numa visão mais actual, caracterizaríamos o sector da economia social como um espaço onde o desempenho económico (de produção) emerge de iniciativas

² O conceito sociedade civil tem sido empregada usualmente como quase equivalente à definição de Terceiro Sector: uma rede de organizações civis, resultantes do esforço e vontade de associação voluntária dos cidadãos, diferentes tanto das instituições coercivas do Estado, como das instituições lucrativas do mercado, mobilizando os cidadãos para causas públicas e promovendo pela sua acção a estabilidade e efectividade das democracias (Monteiro, 2004).

privadas não procura o máximo lucro, mas a realização de objectivos sociais e de mobilização de oportunidades sociais.

A definição europeia de economia social não é apenas a identificação das formas organizativas de cooperativas, associações e mutualidades mas também a identificação de um conjunto de princípios que rege estas organizações (Defourny *et al.*, 1999: 38-39):

- Finalidade de serviços aos membros ou a colectividade mais do que obtenção de lucros;
- Autonomia em termos de gestão;
- Democracia no processo de decisão, em que a qualidade do membro e a sua participação nas decisões não dependem do capital que detém;
- Prioridade das pessoas e do trabalho na repartição dos rendimentos.

Muitas organizações do Terceiro Sector têm na sua base movimentos sociais característicos de movimentos específicos da história das sociedades, sendo muitas delas, ainda hoje, a base organizativa de movimentos sociais (Santos, 1999).

Foram os movimentos de trabalhadores no início do século XIX que inspiram o surgimento de muitas cooperativas e associações de socorros mútuos que encontramos hoje. Foram igualmente os chamados «novos movimentos sociais» que inspiraram todo um conjunto de organizações, predominantemente de carácter associativo, que se desenvolveram a partir da década de 70, como pode ver-se no capítulo III desta dissertação.

CAPÍTULO II

2 - A GLOBALIZAÇÃO E A IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

A globalização não é um fenómeno recente, porém, é a realidade mais abrangente do mundo actual. Este fenómeno é estendido a todos os continentes, ao afectar a estrutura económica, social, política e cultural de todos os países.

Segundo Santos, a globalização é todo o processo através do qual uma identidade ou fenómeno estende o seu âmbito a todo o globo e ao fazê-lo adquire a possibilidade de designar uma identidade ou fenómeno rival ou local. Este autor defende que este processo é vasto e intenso campo de conflitos de grupos sociais, Estados e interesses homogêneos, por um lado, grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro. Ainda na perspectiva do autor, o que habitualmente se designa por Globalização são diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a diferentes fenómenos de globalização (2001).

A globalização implica uma intensificação não apenas os fluxos migratórios internacionais como os fluxos migratórios pendulares e interurbanos. Este fenómeno acentuou as disparidades entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos, o que tem desencadeado grandes fluxos migratórios em direcção aos países desenvolvidos.

As migrações nem sempre tiveram as mesmas significações. Em diferentes épocas foram os diversos motivos que levaram as pessoas a procurarem outros destinos, os imigrantes nem sempre foram bem acolhidos, houve sempre entraves no processo de acolhimento, no entanto, é neste milénio que as migrações são vistas como problema.

Actualmente, as restrições à imigração são crescente, quase todos os países tem adoptado uma política de imigração zero devido a crises económicas com que se deparam, tendo a preferência é para uma imigração qualificada. Estes países optam por uma abertura selectiva que se destina a satisfazer as suas própria necessidade económicas, os imigrantes perante esta situação ficam sujeitos a constante precariedade e flexibilidade do mercado de trabalho dos países que os aconselham, o que significa que as condições de vida estão cada vez mais difíceis e incertas para os trabalhadores imigrantes.

Neste sentido, evitando o que Santos (1993:49-53) intitulou de *imaginação do*

centro que parece afectar quer a comunidade científica nacional quer a classe política, devemos encarar o actual contexto migratório português como um momento de transição de um estado Europeu semi-periférico, recentemente chegado à condição de país pós-colonial. Portugal seria neste âmbito, conjuntamente estado-nação e estado - porto porque, ao mesmo tempo que não deixou de procurar novos destinos se tornou simultaneamente cais de chegada, cais de trânsito e cais de embarque para novos migrantes.

Em meados dos anos 80, o posicionamento semi-periférico de Portugal adoptou novas características no seio do sistema global das migrações. Se até então o país desempenhava uma posição de intermédia entre as outras noções constituintes do império colonial (de S.Tomé e Príncipe, Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor, Macau, Goa, Damão) e o resto do mundo como plataforma redistributiva ou como destino final de migrantes.

Portanto, no começo dos anos 80 Portugal integra-se no sistema global das migrações e vai competir pelos trabalhadores migrantes como qualquer outro país. A sua posição semi-periférica, assume, novas orlas, que não abandona a lógica de plataforma redistributiva ou de destino final para os migrantes dos países com os quais detinha relações coloniais (PALOP e o Brasil), torna-se destino de atracção para migrantes fora da sua lógica tradicional de influência (imigrantes da Europa de leste) e vê, deste modo, crescer quer o volume de imigrantes quer o número de nacionalidades que compõem a imigração em Portugal. Muitos destes imigrantes escolhem Portugal como porta de entrada na União Europeia, outros porém, elegem Portugal como destino final porque conjuntamente é o melhor que corresponde às suas expectativas - existência de trabalho, possibilidade de legalização, facilidade de permanecer ilegal, entre outras.

De acordo com diversos estudos, ao longo das últimas décadas terá ocorrido em Portugal uma crescente segmentação dos mercados de trabalho, que abriu vagas para imigrantes recém-chegados. Nesta situação, mais do que uma carência absoluta de trabalhadores, parece existir uma escassez relativa de mão-de-obra, para alguns sectores de actividade e alguns empregos que são rejeitados pela população autóctone. Esta rejeição deve-se tanto a razão puramente laboral - estes empregos caracterizam-se por uma elevada precariedade, insalubridade e instabilidade - como a consideração de ordem social - são trabalhos de baixo prestígio social - e, por isso, rejeitados pelas gerações mais jovens que se vão incorporar no mercado do trabalho. Estas novas

gerações possuem níveis de educação mais elevados que as gerações antecedentes e, por isso, procuram outro tipo de empregos. Por outro lado, em simultâneo com a progressiva segmentação do mercado de trabalho, ocorre uma alteração na forma dos fluxos migratórios portugueses, quer nos fluxos internos, quer nos fluxos externos, o que, deixa livres postos de trabalho que passam a ser ocupados por imigrantes são-tomenses ou de outras nacionalidade. Tome-se como exemplo a carência de trabalhadores existente nos meios rurais que impedem a realização de múltiplas tarefas agrícolas.

2.1 - Movimentos Migratórios Africanos

Entre o século XVI e o século XIX, o comércio de escravos deu origem a formação de minorias étnicas africanas que parecem ter-se «dissolvido» na massa geral da população, durante o século XIX, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos ou Brasil, onde se mantiveram (ou foram mantidas) como minorias étnicas culturalmente organizadas ou susceptíveis de auto-reorganização identitária.

Já no século XX, a constituição do Império Colonial Português e a tentativa salazarista de transformar este Império num Nação pluri-continental proporcionou que a identidade portuguesa fosse oficialmente atribuída a asiáticos naturais das antigas «províncias ultramarinas» e a inúmeros africanos PALOP como foi o caso dos são-tomenses.

Quando os países africanos se tornaram independentes pensava-se que os mesmos entrassem num período de modernização, crescimento e de desenvolvimento. A verdade é que não foi isso que ocorreu. Este continente tornou-se num dos continentes mais pobres do mundo com graves problemas a todos os níveis, estando cada vez mais dependente da ajuda extrema, apesar de ser rico em recursos naturais.

Segundo Venâncio, o subdesenvolvimento generalizado a que se assiste no continente africano deve-se a factores de ordem estrutural e conjuntural. A crise enraíza, em causas estruturais que se prendem, por um lado, com o nível do progresso das sociedades e culturais africanos aquando do embate do mundo exterior, isto é, com o mundo construído pelo colonialismo, e por outro, pelo facto desse mesmo colonialismo ter sido económico no investimento dos meios necessários à formação dos colonizados, a consolidação das sociedades civis e, ao desenvolvimento geral dos espaços e das

pessoas que tutelavam. A própria crise estatal em África que é uma das responsáveis por esse subdesenvolvimento, todavia parte da responsabilidade deve-se ao Estado Colonial (2000).

Esses factores acima citados desencadearam grandes fluxos migratórios quer no interior do continente, como para o exterior. Mas esse fenómeno é anterior a colonização.

É difícil localizar com precisão quando é que se iniciam os primeiros movimentos migratórios provenientes de África, mas estudos feitos apontam para presença de africanos na Europa desde a Antiguidade. Com o aumento do comércio de escravos, o número de africanos na Europa aumentou significativamente. Estes estudos também revelam a presença de africanos livres no território europeu durante os séculos XVII e XIX a fim de estudarem ou se formarem.

No entanto, estes movimentos estão ligados a uma diversidade de factores, que vão desde da Guerra e catástrofes naturais. Porém, as suas características, o seu dinamismo e a sua duração diferem de região para região, de um grau de desenvolvimento para outro e tem verificado tanto a nível interno como externo. Boa parte dos movimentos no continente africano estão ligados a factores históricos e culturais, como conflitos étnicos, falta de água, procura de melhores pastagens, fuga a seca prolongadas.

As catástrofes naturais, as guerras civis e guerrilhas estão na origem de grandes fluxos de refugiados e de pessoas deslocadas na região de África: Somália, Etiópia, Eritreia e no sul do Sudão.

O movimento migratório, na África Central, teve como origem os conflitos étnicos que provocam um grande número de pessoas deslocadas. No Oeste de África, para além dos conflitos étnicos, a “escravatura” e migração de trabalhadores em direcção à Europa e América estão na origem destas deslocações. No sul do continente, os diferentes tipos de migrações são produtos de importantes circulações de mão-de-obra não qualificada provenientes de Botswana, Moçambique, Malawi, Suazilândia e Lesoto para regiões minerais. No norte africano, existe uma grande tradição migratória para a Europa, um exemplo é a imigração Argelina para França. Estas deslocações continuam a ter um grande peso em África – principalmente os movimentos dentro do continente – e tem assumido uma configuração complexa e descontrolada, sobrelotação urbana, principalmente nos países costeiros da África Ocidental.

Em suma, os sucessivos conflitos, a violação dos direitos humanos, a falta de

democracia e de instituições democráticas fortes e catástrofes naturais, a deterioração ecológica, a pobreza, a regressão económica e outras circunstâncias críticas afectam o continente africano de forma desproporcional, que provocam a deslocação de milhares de pessoas. A tendência é para uma concentração em massa nos centros urbanos, onde as populações se sentem de forma mais protegidas e têm a sua alimentação assegurada. A situação demográfica, económica e política de grande parte dos países africanos poderão desencadear um grande fluxo migratório no futuro próximo.

2.2 - As Migrações – Principais Teorias

A imigração é uma realidade que está presente actualmente em todos os continentes, embora em proporção diferente. Ela não é um fenómeno actual, há séculos que as pessoas deixam o local de origem, à procura de melhores condições de vida, o que tem suscitado inúmeras teorias que debruçam sobre esta questão³.

A mais antiga surgiu nos meados do século XIX num contexto extremamente economicista e é conhecida por teoria clássica das migrações – tem como precursor o Ravenstein.

Esta teoria define o processo de migração assente no modelo atracção-repulsão, que pressupõe que os homens partem a procura de melhores condições de vida e visam sempre maximizar os bens e minimizar o desconforto (Jakson, 1991). Segundo este modelo os indivíduos deixam o seu país de origem motivado principalmente por factores de carácter económico, como a escassez de terra; baixa remuneração; desemprego; falta de chuva, fome; pressão demográfica (factores de repulsão) e procuram no país de acolhimento melhores condições de vida que as anteriormente citadas. Por outro lado, partem-se atraídos por certos aspectos de vida urbana a que não estavam habituados (factores de atracção). A teoria do mercado de trabalho é uma outra teoria que é elaborada a partir de um conjunto de pressupostos que provém do modelo de atracção-repulsão. Esta teoria quando utilizada nas áreas de migrações, está intimamente ligada as variáveis económicas (principalmente a nível dos salários) em que realçam factores de procura e oferta relativos ao funcionamento de mão-de-obra.

³ A nível macro (que considera os factores de ordem económica (que tem maior relevo), social e política os factores determinantes na génese das migrações. O nível micro (onde é valorizada os actores na tomada de decisão de migrar).

Estas duas abordagens têm em comum o facto de considerarem que o homem é livre de fazer as suas escolhas. Elas são encaradas por vários autores que as consideram deterministas e rígidas no que se refere a decisão de migrar.

Segundo Rocha-Trindade, estas teorias por um lado não têm em conta um conjunto de embaraços com que o indivíduo defronta no país de acolhimento (não fazem uma intermediação das motivações individuais com as estruturas sociais). Por outro lado, as explicações centradas no indivíduo apenas informam acerca dos principais factores que determinaram o volume, as tendências e os padrões migratórios observados ao longo prazo (1995).

Com o passar dos tempos, diversificam os factores que eram apresentados como motivadores das migrações, é nesta continuidade que surge análises feitas por Salt (cit. in Saint-Maurice, 1997) que defende a migração como um processo dinâmico e que reproduz contextos complexos⁴ em que as comunidades envolvidas interactivam neste sistema de trocas complexas.

As teorias do capital humano, procuram razões pelas quais alguns indivíduos deixam os seus países enquanto outros permanecem nos locais onde nasceram. No fundo procuram as razões que estão na origem das migrações. Segundo estas teorias, existe uma selecção de trabalhadores no mercado de imigração, que acaba por provocar um equilíbrio a nível de distribuição dos recursos que está intimamente ligado com os impactos dos rendimentos dos imigrantes nas oportunidades de emprego e rendimento da população nacional (Rocha-Trindade, 1995).

O principal contributo para estas teorias deveu-se a Barry Chiswick. Este autor, parte do princípio de que os imigrantes não possuem muitas qualificações que lhes permitem aceder facilmente ao mercado (existe o entrave da língua e poucos conhecimentos acerca das oportunidades de emprego).

A teoria de assimilação e a perspectiva da segmentação do mercado de trabalho são outras teorias que pendem sobre o processo migratório. Emergiram nos Estados Unidos de América e debruçam sobre a constante luta das minorias imigrantes para vencerem os obstáculos ao seu ingresso na sociedade americana. Existem várias perspectivas destas teorias.

- A primeira perspectiva, defende que o processo de adaptação dos imigrantes seguiu uma trajectória sequencial, na fase inicial os imigrantes teriam

⁴ Contextos em que vivem os potenciais migrantes (família, amigos), contexto económico, político, social e histórico em que enquadra este movimento.

dificuldades económicas e seriam vítimas de discriminação, acabando no progressivo domínio da cultura americana e da sua aceitação pela sociedade de acolhimento

Esta perspectiva tem como factores principais, a fixação numa cultura dominante, a tónica na construção de consenso e a hipótese de uma sequência básica e padronizada de adaptação (Portes, 1999). Este modelo parte do princípio de que o fracasso da adaptação quer por parte do indivíduo, quer por parte do grupo étnico deve-se a resistência dos mesmos em abandonar valores tradicionais e a sua não-aceitação pela maioria nativa, seja por razões religiosas, raciais ou de outra ordem. Defendem que, estes imigrantes para terem êxito na adaptação é necessário deixarem de lado o modo de vida em que estavam habituados – considerado retrógrado – para adquirirem características que os permitem ser aceites pela sociedade de acolhimento.

- A segunda perspectiva geral (segmentação do mercado de trabalho) defende que os imigrantes e os seus descendentes, ao contrário do que defendeu a perspectiva anterior, combatem ferozmente para preservar a identidade cultural e a solidariedade interna, assim questionam o pressuposto de um único processo básico de assimilação e de orientação psicossocial e culturista. Procuraram identificar as funções que estes mesmos imigrantes desempenhavam no mercado de trabalho.

Dentro desta perspectiva existem várias abordagens teóricas, cada uma com a sua especificidade. A primeira abordagem dedicou-se ao estudo dos chamados grupos étnicos inassimiláveis – negros, os mexicanos de fixação mais antiga nos Estados Unidos de América e os índios americanos. Segundo este modelo, a persistência da etnicidade⁵ destes imigrantes levou a sua exploração contínua, estes grupos eram circunscritos em áreas específicas e obrigados a trabalharem em condições extremamente desumanas. A segunda abordagem procura razões da constante política e mobilização étnica pela organização dos dominados para combater uma “divisão cultural”, que teria confinado os membros de minorias específicas a uma situação quase permanente de exploração e inferioridade social. Segundo esta perspectiva, a

⁵ A etnicidade situa-se no vasto domínio das relações Interétnicas e interculturais e aplica-se sempre que dois grupos ou sociedades estabelecem em diferentes formas de relação especial, política, económica, social e cultural.

persistência da etnicidade é uma reacção por parte destes imigrantes de forma a reafirmar a sua etnicidade e os seus interesses. A última abordagem estuda a situação dos imigrantes contemporâneos nos Estados Unidos tendo por base os estudos sobre os mercados duais. Esta abordagem defende que a falta de experiência destes imigrantes neste país (que lhes é estranho), a situação em que se encontram neste país (imigrante ilegal) e a vontade de vencer na vida são aproveitados pelas empresas que os empregam, o que acaba por ser vantajoso quer em termos de produtividade, quer em termos dos custos de produção (Portes, 1999).

2.3 - As Políticas de Imigração em Portugal

A imigração para Portugal é igualmente um facto secular. E esta presença é evidenciada pelo facto de substituir uma memória quer material – através de nomes de origem estrangeira, quer imaterial – pelas expressões populares. Assim, só recentemente o fenómeno de imigração assumiu interesse evidente tanto na produção científica nacional, como nos discursos políticos, graça ao aumento progressivo de imigrantes. Desta forma, Portugal deixou de ser contextualizado como um tradicional país de emigração para passar a ser considerado, por muitos cientistas sociais, jornalistas e pela classe política como novo país de imigração (França, *et al.* 1992).

Segundo Bastos, pode-se afirmar que Portugal tem uma política aparentemente «humanista» respeitante à imigração e que a decisão de proceder a períodos de legalização extraordinária seria uma marca distintiva desta postura «humanista». No entanto, relaciona-se com uma estratégia de competição económica – que alarga a tendência para uso de mão-de-obra barata e para fraca produtividade competitiva – bem como de inclusão social, da qual discordam muitos países da União Europeia (2002).

São dois os motivos que podem opor-se contra o país que toma este tipo de iniciativa. Por um lado, por constituir uma matriz de clandestinos que se encontram distribuídos em vários países, e que graças a Acordos de Shengen de 1991 pode viajar-se facilmente pela União Europeia, devido a diminuição do controlo fronteiriço, tenderiam a aumentar desproporcionadamente o contingente nacional de imigrantes dos países que o façam. Por outro, por criarem expectativas aos potenciais imigrantes da União Europeia quanto a facilidade de legalização, esperanças essas que reforçariam as redes de tráfico ilegal de imigrantes.

Dados decorrentes das estatísticas oficiais e do trabalho do terreno evidenciam fortes contradições nas políticas oficiais portuguesas. De um lado, privilegiam abertamente os provenientes dos PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do Brasil, integrando-os nas categorias míticas dos «lusos» e, do outro lado, não só escamoteiam a existência dos provenientes do Antigo estado da Índia (directamente ou através de Moçambique) como dificultam burocraticamente tanto a sua legalização como a congregação familiar em Portugal e as trocas conjugais entre Portugal, Diu e Gujerate.

2.4 - As Principais Minorias Étnicas Africanas (PALOP) em Portugal

Em termos sociológico e para além do ponto de vista numérico que lhe está subjacente, uma minoria étnica pode definir-se como um grupo minoritário em que os elementos dos grupos sofrem vários tipos de desigualdades quando se encontram sobre o domínio de outro grupo mais poderoso em termos económicos e político e muitas vezes alvo de discriminação social (Albuquerque, 2000).

Para autora referida, um grupo é encarado com uma minoria, quando os seus membros possuem um grande sentimento de solidariedade grupal e de pertença identitária, ou considerados como um grupo diferente, a parte da maioria. A condição de se sentirem vítima de preconceitos ou de atitudes e actos discriminatórios origina uma maior unidade no seio do grupo e torna mais consistentes os interesses normais, nutrindo a coesão intra-grupal.

Tal como se verifica na generalidade dos países europeus que tiveram impérios coloniais, em Portugal os provenientes das ex-colónias africanas e asiáticas constituem o grosso das minorias étnicas consideradas. Portanto, neste país em especial, os africanos constituem no final de 1998, 46,4% dos estrangeiros oficialmente residente em Portugal, valor certamente subestimado se tiver em conta a problemática da imigração clandestina, o que os transforma no principal conjunto de minorias étnicas residentes no País (Bastos, 1999).

Portanto, como nos refere Bastos acerca da última legalização extraordinária de 2001-2002 registou proporções inesperadas – o bloco dos PALOP evidencia um decréscimo relevante, ao passo que a emigração tanto asiática como brasileira crescem, regista um acréscimo exponencial. Os africanos, por sua vez, decrescem para cerca de

1/3º dos estrangeiros (33,7%), que se prolongam a quase exclusividade de provenientes dos PALOP (31%), que se poderá acentuar nos próximos anos. Assim sendo, as principais minorias do PALOP são os cabo-verdianos, guineenses, angolanos, moçambicanos e são-tomenses (2002).

CAPÍTULO III

3- ASSOCIATIVISMO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO: EMQUADRAMENTO TÉORICO E CONCEPTUAL

A abordagem sociológica da problemática do associativismo de migrantes deverá contemplar, ainda que de um modo transversal, algumas questões que se prendem com a natureza e com as motivações dos movimentos migratórios. Isto porque tende a existir uma estreita ligação entre o perfil das associações, concretamente no que diz respeito aos seus objectivos e actividades e os factores que determinam, à partida, o percurso migratório vivenciado pelo conjunto dos seus membros ou pelas populações que representam.

No decorrer do século XX, com o desenvolvimento do capitalismo e da criação do Estado-Providência, é visível um certo desinteresse pelas organizações de tipo associativo. O rápido crescimento económico do segundo pós-guerra criou a ideia que as crises que abalavam o capitalismo estariam superadas e que o sistema tinha a capacidade para garantir o bem-estar das populações. No entanto, partir dos anos 70, a situação inverteu-se com a consequência da crise do fordismo, do Estado-Providência, e do desenvolvimento tecnológico que originou o ressurgimento e o crescimento rápido do movimento associativo.

Actualmente, este movimento assume um carácter conceptualmente mais organizado e socialmente mais reconhecido, estando associado à capacidade para empreender – para tomar iniciativas, encontrar soluções para problemas económicos ou sociais, pessoais, através da transformação de uma ideia num produto/serviço, mediante uma atitude de riscos e inovação.

3.1 - Associação a Nível Teórico

Uma vez que o Homem é o animal sociável por excelência, a necessidade de associação corresponde a uma tendência natural do ser humano.

Pode, muito sumariamente, afirmar-se que o Homem desde que inventou e fabricou o seu primeiro instrumento, começou a utilizar o fogo, foi nómada e viveu da caça, marcou a diferença que o distingue das restantes espécies animais através de uma comunicabilidade de sentimentos, aspirações e esforços que estão na base da vida em associação, na necessidade de entreaajuda que lhes é concomitante e que sempre caracterizou a sua condição de ser inteligente.

O associativismo possibilita sustentar, o elo de ligação às origens. Favorece a transmissão da herança cultural às gerações oriundas e, ao fazê-lo, sensibiliza-as para a vivência num contexto de diversidade culturais em que numa mesma sociedade coexistem formas de culturas variadas e, previsivelmente, diversificadas maneiras de sentir o quotidiano (Albuquerque, 2000).

Se fizermos uma pequena pesquisa na página do ACIDI - Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, verificamos que as associações imigrantes são qualificadas nos termos da lei geral, como possuindo um carácter jurídico, sem fins lucrativos, de cariz nacional, regional ou local, e que conservam nos seus estatutos o propósito de proteger os direitos e interesses dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal.

Silva (2002) apoia-se em Tocqueville para demonstrar que o associativismo é um reflexo de novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas, substituem as anteriormente defendidas pelas sociedades tradicionais. Isto é, todas as mudanças tem intrínseco a si a mudança de valores e de ideias que anteriormente eram aceites, ao transformar as relações que antes assentavam em relações de comunidade e parentesco. Nesta nova sociedade o cidadão eleva os direitos individuais, na igualdade perante a lei e o Estado. Contudo, é perante esta situação que as associações assumem para o autor referido, uma importância elevada, pois é no seu seio que se pretende que se ultrapassem os riscos advindos da igualdade. As associações voluntárias permitem, por um lado, um interesse pela gestão da comunidade e do seu destino e, por outro, uma participação social de entrave ao domínio do Estado e a criação de uma consciência

colectiva. Refere porém que, Tocqueville se apercebeu da existência de vários tipos de associações, proferindo um sem número de objectivos, nomeadamente: educativos, religiosos, reivindicativos, criativos, morais, recreativos, entre outros. Segundo o autor não existe nada que a determinação humana deixe de conseguir pela acção livre do poder colectivo dos indivíduos.

Tocqueville descreve as associações voluntárias como conjunturas políticas semi-constitucionais e semi-sociais, que colaboram para a defesa da liberdade. Ao utilizar este meio a participação e a democratização são fortalecidas, isto porque, quando surgem problemas alguns indivíduos tendem a se agrupam em organizações voluntárias, com o propósito de compreender e concludentemente resolver a origem do problema (Tocqueville cit. in Aron, 1991).

Por seu turno, Durkheim designa estas organizações do Terceiro Sector como os agrupamentos profissionais, e fá-lo destacando a interacção entre o Estado e os indivíduos. Descreve os grupos como eles que legitimam as normas e os valores, uma vez que só o carácter moral que esta acima dos caracteres particulares, forma a colectividade. Segundo o autor, a sociedade fomenta a consciência colectiva, sem a qual o conjunto social não se distinguia de uma soma de indivíduos independentes e atomizados. Durkheim considera ser normal a gradual distinção social que se opera no seio das sociedades, e que, pela interferência de forças indesejáveis, se pode tornar anormal ou anómica. Encara as sociedades mais que a soma das acções individuais que são condicionadas pela sociedade, visto que o sistema constrange as nossas actividades. Defende ainda que o que mantêm coesa a sociedade é a partilha de valores e costumes por parte dos indivíduos, e que a religião como factor privilegiado de coesão social iria ser substituída gradualmente pela divisão do trabalho. Com esta divisão do trabalho as pessoas iriam estar cada vez mais dependentes umas das outras, o que iria fortalecer os laços entre os indivíduos e assim reforçar a importância do grupo, ou seja, dos agrupamentos profissionais. Esta aproximação iria proporcionar aos indivíduos um maior conhecimento mútuo, o que pode proporcionar a criação de outras associações fora do local de trabalho, nomeadamente de cariz desportivo, recreativo e cultural (Giddens, 2002).

Weber distingue associação (*Verein*) de instituição (*Anstalt*), em que o primeiro tem como base o voluntariado. *Verein* trata-se de uma associação em que as ordenações desejam ter legitimidade para os que são voluntariamente seus associados, enquanto na

instituição essas ordenações são consentidas e tencionam ajudar todos que dêem certas características externas. Contrariamente, na associação entra-se por decisão individual e coopera-se na elaboração das ordenações (Weber cit. in Aron, 1991).

Pode concluir-se, com base nos três autores clássicos, que para a sua caracterização, uma associação tem que ter:

- Um papel na criação de uma consciência colectiva;
- Uma maior aproximação em relação ao meio em que se insere;
- Um carácter forte ou exclusivamente voluntário.

A nível sociológico existem dificuldades na determinação da definição do próprio conceito de associação. Existem, várias tentativas para a criação de uma definição, muito parciais, o que tem proporcionado ao conceito, diversos sentidos. Na sociologia americana, o conceito, segundo Gurvitch, ora aparece ligado a grupos formados para defender interesses particulares, ora designa agrupamentos mais fraternais, ora ainda, é utilizado para descrever grupos que se constituem voluntariamente em oposição aos agrupamentos – fundações por um lado, e aos agrupamentos espontâneos, por outro (Silva, 2002).

No entanto, Rocha-Trindade (1995:189) relata que (...) *o associativismo de migrantes funciona como uma forma de garantir uma certa privacidade nas manifestações de cultura do grupo, enquanto este não sente ainda a força e a coragem de extroverter a sua identidade no meio de inserção – o que fará quando atingir a dimensão e a confiança necessária.*

Giddens (2002) faz a distinção entre associação ou grupo social e agregados e categorias sociais. Define grupos sociais como um conjunto de indivíduos que interagem de modo sistemático com outros. Os grupos podem ir de associações muito pequenas a organizações em grande escala ou sociedades. É fundamental que os membros tenham consciência de uma identidade comum. Grande parte da vida é passada em actividades de grupo; nas sociedades modernas, a maioria das pessoas pertence a diferentes e numerosos tipos de grupo. Em relação ao termo, agregados, Giddens indica como principal diferença o facto de entre os vários elementos existir uma absoluta ausência de relacionamento. Quanto ao termo, categorias sociais, existe uma ausência de consciência colectiva.

Pode concluir-se, das opiniões de Giddens, que é necessário para a existência de uma associação, de uma consciência colectiva de pertença, bem como, a existência de inter-relações constantes.

É agora possível traçar algumas orientações, capazes de clarificar e precisar o conceito de associação:

- A existência de inter-relações estáveis entre os respectivos membros;
- A consciência de adesão e de permanência por parte desses membros em relação à sua associação;
- A existência de objectivos e fins que são comuns e partilhados;
- O regime de voluntariado de adesão e permanência;
- A existência de um grau variável de flexibilidade nos modos de organização dessas associações.

3.2 - Processo de Criação de uma Associação Imigrante

Como já referimos anteriormente, a década de 70 vê surgir as primeiras associações de imigrantes pelos dirigentes implicados com os processos de independência dos seus países de origem. Mas, é ao longo dos anos 80 que se assiste ao incremento da intervenção comunitária, impulsionada por um *boom* de associações populares após 1974. Este factor influenciou a formação de associações imigrantes, cuja motivação era prestar apoio social às comunidades que se iam alargando e faziam crescer bairros de construção clandestina que não asseguravam condições de vida básicas.

Estas associações surgem a partir da iniciativa de comissões de moradores com a mesma origem étnica que ambicionam resolver as necessidades específicas da sua comunidade - como a melhoria das condições de habitabilidade dos bairros, ao nível dos esgotos, água canalizada, condições das habitações, entre outras; mas a intervenção acaba por abranger grupos de várias origens étnicas. Geralmente, as actividades e os projectos estão localizados em determinados bairros, dirigindo-se a toda a população neles residentes. As associações de imigrantes executam tarefas como: conservação,

expansão e afirmação da sua cultura; e promoção da integração e inserção dos seus migrantes na sociedade receptora.

O ensaio de Tönnies denominado *Gemeinschaft und Genellschaft*⁶, continua a ser uma referência para estudos que versam a temática do associativismo. Para Tönnies, o conceito de comunidade traduz um real envolvimento do indivíduo em relação ao grupo, um sentimento de pertença e de identificação com o todo. Segundo o autor, as relações comunitárias baseiam-se em factores espontâneos de unificação, tais como o parentesco, a língua, a cultura. Trata-se de um tipo de interacção informal, característico das sociedades tradicionais.

Por contraposição, a sociedade corresponde a uma organização de indivíduos que tem como objectivo prosseguir determinados interesses comuns, ao criar através de acções deliberadas. As relações entre os elementos que a compõem não são espontâneas, mas sim de tipo contratual e formal. A distinção feita por Tönnies entre «comunidade e sociedade», encontra paralelo na conhecida diferenciação entre a *Solidariedade Mecânica* e *Solidariedade Orgânica* de autoria de Durkheim, a qual visa caracterizar, respectivamente, as relações sociais dominantes nas sociedades tradicionais e nas sociedades industriais.

Weber vai ao encontro dos dois últimos autores, ao classificar os relacionamentos sociais em quatro tipos: abertos, fechados, comunais e associativos. Os primeiros permitem a participação a quem desejar juntar-se ao grupo e estiver em posição de o fazer; os segundos pressupõem que a participação de certas pessoas pode ser limitada ou sujeita a determinadas condições. Os terceiros (...) *baseiam a acção social no sentimento subjectivo das partes envolvidas quer elas formem por tradição quer por influência externa*. Os quartos (...) *orientam a sua acção com base em interesses consensuais. Quando os relacionamentos sociais são fechados e do tipo comunal, pode estar-se perante uma comunidade* (...) (cit. in Saint-Maurice, 1997:14).

No que respeita ao caso concreto e particular das associações imigrantes julgamos em concordância com a perspectiva defendida por Rex, que estas não poderão considerar-se como associações «puras», no sentido em que vários autores atrás referidos a definem. Não devemos, pois, entendê-las apenas como simples «instrumentos sociais» susceptíveis de serem mobilizados para determinados propósitos

⁶ Em regra traduzido por «Comunidade e Sociedade», mas cuja tradução correcta, no entender de alguns autores seria «Comunidade e Associação» existindo versões em língua inglesa com ambos os títulos (Barata, 1975:246).

colectivos, uma vez que funcionam, também, como meios de preservar a herança cultural do grupo ou de reforçar a sua própria identidade étnica. Isto implica a existência de um sentimento comum de pertença e de um envolvimento subjectivo. Neste sentido, poderemos denominar as associações migrantes por *associações étnicas* (1994).

Rex distingue quatro funções principais das associações migrantes: ajudar a vencer o isolamento social; afirmar os valores e as crenças do grupo; proporcionar um apoio assistencial aos seus membros; agir na defesa dos seus interesses e na resolução de conflitos com a sociedade receptora.

Segundo este autor, as duas primeiras funções mencionadas dirigem-se para a preservação da comunidade (ou grupo étnico); a terceira, congrega objectivos de natureza comunal e associativa; apenas a quarta função é puramente associativa. Conclui o autor que (...) *ao nível das organizações de imigrantes (para utilizar um termo neutro), a vida associativa encontra-se profundamente mergulhada na comunidade, existindo um forte entrosamento entre os problemas que se ligam à identidade e os que respeitam aos interesses do grupo* (1994:69).

Para Albuquerque (2000), por se tratar de organizações planeadas, assentes em normas e procedimentos pré-estabelecidos que visam a satisfação de interesses partilhados, as associações de imigrantes permitem, também, criar ou reactivar laços sociais entre os elementos do grupo, alimentam a partilha de um sentimento de pertença. Essas associações em Portugal têm centralizado a sua atenção em três grandes domínios:

- Socioeconómico – na execução de acções de educação não formal, formação profissional e promoção da prática desportiva.
- Cultural – na composição de actividades culturais como forma de conservar e transmitir a identidade cultural e que, frequentemente, estão articuladas com o domínio educativo.
- Político-legal – em acções desenvolvidas para a comunidade, assentes na informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes, em acções para a sociedade em geral e para o estado em particular, ao defenderem e representarem os interesses das comunidades de origem imigrante, que assumem o papel de interlocutor do estado.

Para a autora, a maioria das associações desenvolve a sua acção nos domínios apresentados podendo privilegiar, em determinadas circunstância, a formação

profissional, as actividades culturais ou outro tipo de actividade, escolha que é condicionada pela modalidade de financiamento a que consegue aceder, pela importância que os seus dirigentes atribuem a determinadas iniciativas em detrimento de outras e também pelos recursos humanos disponíveis.

A criação de uma associação parte de bases voluntárias implica um recrutamento e uma participação voluntária, ao contrário do que acontece com a colectividade. Todavia as associações possuem condições restritivas que condicionam, de certa forma, o acesso dos seus futuros sócios. Estas condicionantes podem assumir a forma de: pagamentos de quotas ou taxas de adesão, ou de recomendações de outros membros. Como associações são fortemente marcadas por um cariz voluntário, é normal que a sua estrutura interna seja relativamente flexível, isto não significa a ausência de regras de funcionamento. Silva (2002:9) considera-as *pouco formal, mas com uma estrutura, pois se assim não fosse elas não conseguiriam sobreviver*. E refere ainda que, a ausência do rigor deve-se, a aderência voluntária dos seus membros.

Estas associações são descritas como sendo possuidoras de um carácter mutável da funcionalidade por causa (...) *do percurso migratório e com a expressividade que essa comunidade adquiriu ao longo do tempo nesse país de acolhimento* (Albuquerque, 2000: 15).

A ideia da existência das dificuldades partilhadas pela maioria dos elementos que compõem uma determinada comunidade étnica, leva geralmente à tomada de consciência da necessidade de reunir esforços e de desenvolver acções que permitem atenuar ou ultrapassar essas contrariedades. Portanto, grupos informalmente existentes, tal como indivíduos que se encontram dispersos e que vivem isoladamente, dão muitas vezes lugar a estruturas formais de âmbito alargado que reúnem indivíduos e famílias por vezes unidos por uma proveniência comum e pela partilha de uma herança cultural.

É o reconhecimento, por parte da comunidade migrante, destes problemas que faz com que eles desenvolvam uma consciência colectiva e assim partam para uma conjugação de esforços, ou seja, criam associações.

3.2.1 - Conservação e transmissão da diversidade cultural

A organização colectiva de imigrantes sob forma de associação tem como motivação inicial atenuar os problemas de desenraizamento advindos da mudança de país, nomeadamente os que resultam do desenquadramento social e do choque cultural.

Assim, as associações assumem-se essencialmente como espaços de convívio e de lazer fortalecendo a solidariedade intra-grupal. Trata-se de uma estratégia que funciona como um mecanismo reprodutor das relações sociais de origem (Rocha-Trindade, 1986).

Os imigrantes se organizam formalmente, logo nos primeiros tempos de fixação no país de acolhimento, principais motivos por que corresponde à necessidade de atenuar os problemas de enraizamentos resultantes da mudança estrutural a que são sujeitos. As dificuldades mais imediatas prendem-se, nesta altura, com situações que derivam do desenquadramento social e do choque cultural perante uma sociedade que lhe é praticamente desconhecida e na qual terão de apreender a estar, como forma de «sobrevivência».

Em paralelo ou como alternativa às instituições sociais tradicionais como família, igreja ou comunidade local, as associações de imigrantes acabam por desempenhar uma função fundamental enquanto mecanismos de reestruturação das redes de sociabilidade originais. No entanto, *em matéria de laços sociais elas tornam-se, muitas vezes, no principal elo de ligação colectiva entre os indivíduos e os pequenos grupos no contexto social de imigração* (Leandro, 1993:354 cit. in Albuquerque, 2000:18-19).

Na verdade, os espaços associativos não permitem apenas a reprodução de sociabilidades antigas. Proporcionam, ao mesmo tempo, a criação de novas formas de sociabilidade, nascidas da influência dos contactos que vão sendo estabelecidos quer com a sociedade

Porém, é no próprio contexto social de imigração que novos laços sociais são reinventados, reactivados e actualizados relativamente às novas realidades vivenciadas e a que os migrantes têm de dar respostas. Na verdade, os espaços associativos não permitem apenas a reprodução de sociabilidades antigas. Proporcionam, ao mesmo tempo, a criação de novas formas de sociabilidade, nascidas da influência dos contactos que vão sendo estabelecidos quer com a sociedade receptora quer entre conterrâneos.

Este facto traduz uma resposta à necessidade de adequação de valores e de comportamentos tradicionais a uma nova realidade social e cultural (o que corresponde ao processo de adaptação) e surge, de certo modo, como um apoio ao processo de inserção social.

O papel das associações na conservação da cultura de origem das comunidades migrantes, não pode cair-se no erro de pensar que os indivíduos que as criam e ou que delas fazem parte são representativos de uma *cultura nacional*. Cada indivíduo imigrante poderá, quando muito, ser portador de determinados elementos de uma *cultura regional* (Rocha-Trindade, 1995:189).

É através do confronto com a sociedade acolhimento e com a variedade de modelos de cultura e de práticas sociais que esta comporta, que as comunidades migrantes tendem a criar uma certa unidade entre a diversidade de características socioculturais reconhecidas como representativas de cada região de proveniência dos seus membros.

Tendencialmente, as associações acabam por exteriorizar uma homogeneidade cultural que não existe na prática.

A solidariedade social é uma tendência comum no movimento associativo, que actua no auxílio a indivíduos e famílias que subsistem com dificuldades por motivos de doença, de desemprego ou de evidentes carências económicas. Nestes casos, torna-se fundamental o recurso a várias formas de apoio – material e financeiro – proporcionadas pelas instituições da sociedade receptora para tal vocacionadas. O mesmo acontece no que se refere à ajuda no reagrupamento familiar e no acolhimento de recém-chegados (Albuquerque, 2000).

Muitas associações assumem dinamização de cursos de formação profissional merecendo, por vezes, a ajuda financeira de instituições públicas e privadas e, no caso português, do próprio Instituto de Emprego Formação Profissional. De igual modo, auxiliam a integração dos jovens nos estabelecimentos de ensino formal.

3.2.2 – Imigração em torno do conceito de pobreza e exclusão social

A constatação de que a pobreza deixou de servir apenas como privação de rendimentos e ou bens materiais veio pôr em evidência a multi-dimensionalidade do seu âmbito e das suas manifestações. Por isso, nos últimos anos tem sido objecto de um trabalho interdisciplinar, envolvendo áreas da teoria económica e da sociologia.

Os processos de empobrecimento e de exclusão social decorrem de problemas sociais actuais e complexos, envolvendo múltiplas dimensões e dinâmicas sociais. Exigem uma postura epistemológica por parte dos investigadores, em termos do conceito e da sua explicação. Trata-se, por um lado, da constatação de que a exclusão social está ligada às incapacidades de produzir, de ter emprego, rendimento, como factores de segurança e de consumo, traduzidos em níveis de satisfação individual e colectiva (Guerra, 1996 cit. in Coutinho, 2002).

Sem pretensões de aqui desenvolver uma teoria definidora de pobreza e exclusão avançaremos com alguns elementos esclarecedores dos conceitos, que aparecem muitas vezes com fronteiras mal definidas.

O certo é que entre os conceitos existem relações fundamentais. Assumimos, no entanto, a distinção, realçando a componente acesso a recursos no que se refere ao conceito de pobreza e de vínculos sociais quanto ao de exclusão social.

O conceito de exclusão social acentua assim a dimensão relacional do estado de privação, quando encaramos este fenómeno como uma dimensão de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. De facto, se o baixo nível, ou a privação de rendimento tem ligação directa com a privação de capacidades básicas e com a pobreza, por outro lado, existe uma teia de factores individuais, sociais, culturais, políticos e ambientais que são causa e determinante da exclusão.

Na transição do conceito de pobreza ao de exclusão social pode entrevê-se que se pauta no fundamental por um crescendo no nível de abrangência em que o problema é tratado. Assim, a relação entre estes termos configura-se na realidade de um modo mais complexo. Pode encarar-se a pobreza como parte ou forma de exclusão social. Mas, há condições em que uma pobreza «tradicional» não é seguida por uma situação de ruptura como o conjunto familiar e social. De origens análogas que surgem formas de exclusão social que não infundem num fenómeno de pobreza (Monteiro, 2004).

Por sua vez, a melhoria dos processos de desenvolvimento, no que diz respeito às formas de inserção no mercado de trabalho têm impactos nas suas condições de vida.

3.2.3 - As associações de imigrantes na promoção da integração social

À medida que se prolonga a estada no país de acolhimento e que o processo de inserção vai tomando novas formas e fazendo surgir novas necessidades, outros objectivos de acção emergem no seio das associações, a par ou em substituição dos já existentes.

Nesta altura, as suas actividades começam a ser mais dirigidas para a relação dos imigrantes com o meio em que está incluído, sobretudo para a afirmação colectiva do grupo no contexto social de inserção e para a sua participação activa nas estruturas da sociedade de acolhimento. De modo progressivo, as associações tenderão a atravessar um momento de viragem, servido de plataforma para a passagem dos seus membros de uma fase inicial de adaptação para uma fase de integração social e isto significa, de certa forma, o iniciar de relações intergrupais.

O predomínio das funcionalidades associativas canalizadas para a conservação da identidade cultural e para uma vivência virada para dentro da própria comunidade, vai cedendo lugar a formas de organizações colectivas que valorizam o diálogo com a sociedade receptora visando a integração cultural.

A *integração social* é definida por Perotti como um procedimento gradual através do qual os sujeitos e os grupos migrantes se tornam participantes activos na vida económica, sindical, cívica, política, cultural e espiritual do país receptor, o que conduz ao exercício da cidadania.

No entanto, este conceito não significa assimilação (que pressupõe a adopção, por parte de um grupo minoritário, das normas e valores da cultura dominante), elimina a função ou a sobreposição de culturas e confere relevância ao aspecto inter-relacional numa base igualitária. Pressupõe, assim, a legitimidade étnica do respeito pelo outro.

A integração implica a capacidade de permuta, numa posição de igualdade e de participação, de valores, de normas e modelos de comportamento entre os grupos imigrantes e a sociedade onde estes se inserem (Perotti, 1993/94).

No que respeita ao caso português, o enquadramento jurídico destas situações no que respeita às minorias étnicas estipula que, quando estas são constituídas por

estrangeiros são-lhes aplicadas as considerações relativas aos imigrantes em geral, que constam do art.º 15º da Constituição da República. Tratando-se de minorias étnicas nacionais, há que ter presente o disposto no art.º 13º, que determina a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei (Leitão, 1994). Especificamente, o art.º 15º estabelece a equiparação ou de direitos e de deveres entre os estrangeiros ou apátridas e cidadãos nacionais, exceptuando os direitos políticos, o exercício de funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela Lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

Falar de cidadãos nestes termos pressupõe que os imigrantes disponham das condições mínimas no que respeita a rendimentos, educação, saúde e alojamento, além de uma autorização de residência, o que implica estarem legalizados. Só assim poderão exigir o respeito pelos seus direitos. A legalização é, uma importante e indisponível via para a plena integração e, muitas vezes, culmina com a opção pela naturalização.

Acontece que, de uma maneira geral, este processo de interacção, a ter lugar, não se desenvolve sem obstáculos e de uma maneira totalmente pacífica. É comum o emergir de tensões e de conflitos resultantes das diferenças culturais, físicas e psicológicas naturalmente existentes entre os migrantes e as populações autóctones. O mesmo pode ocorrer como consequência da situação de desvantagem económica, política e social em que a maior parte dos imigrantes, nomeadamente os que vivem em situação ilegal, se encontra face à sociedade receptora.

Nesta perspectiva de relação desigual entre o número de elementos de cada um dos conjuntos e a sua desigual relação de forças, costuma denominar-se estes grupos sociais por minorias étnicas.

Do ponto de vista sociológico, uma minoria étnica, para além do sentido numérico que lhe está subjacente, pode definir-se como um grupo minoritário identificado, geralmente, através de certos traços socialmente visíveis ou detectáveis, tais como a cor da pele, a linguagem, a religião. Os seus membros sofrem desvantagens de natureza vária quando se encontram sob o ascendente ou o domínio de outro grupo mais poderoso em termos económicos e políticos, sendo muitas vezes alvo de discriminação social.

Para que um grupo étnico seja considerado como uma minoria, é requisito que os seus elementos, possuindo um forte sentimento de solidariedade grupal e de pertença identitária, se auto-considerem e sejam percebidos como uma população distinta, à parte da maioria. O facto de se sentirem origem ou alvo de preconceito ou de atitudes e

acções discriminatórias gera uma maior unidade do seio do grupo e torna mais sólidos os interesses que possa haver em comum, alimentando a coesão intra-grupal (Cashmore, 1991; Giddens, 1992).

Nas sociedades modernas ocidentais, caracterizadas por relações de mercado e geridas por um Estado-Providência, este tipo de discriminação traduz-se na ausência ou dificuldade de acesso dos grupos étnicos (ou melhor, das minorias étnicas) e certos benefícios nos campos da educação, da saúde, da segurança social e do mercado de trabalho, criando obstáculos à sua mobilidade.

Algumas comunidades migrantes, vistas enquanto minorias étnicas encontram-se, assim, desprovidas dos meios que lhes permitiriam desempenhar eficazmente um papel na sociedade onde se inserem, tais como o conhecimento da língua do país receptor; a instrução e a formação profissional; a segurança de uma residência e um conhecimento suficiente dos códigos e das praticas da vida quotidiana, o que contraria uma possível vontade de integração social.

Rex (1986) distingue seis situações-tipo no que se refere à discriminação de que estas populações geralmente são alvo:

- Falta de acesso aos lugares de decisão nos sindicatos, levando-as a criar organizações próprias para defesa e salvaguarda dos seus in
- Desigualdade de acesso ao mercado de trabalho, sujeitando-se as minorias étnicas aos lugares pois remunerados e de difícil promoção;
- Índices de desemprego mais elevados, devido às políticas de imigração e às situações de imigração clandestina;
- Segregação ao nível da educação;
- Diferenciação perante a Lei.

Esta realidade contribui para acentuar as diferenças de poder e de oportunidades entre migrantes e autóctones, relegando os primeiros para os lugares de base da pirâmide social que integram.

Neste contexto, associativismo gerado por um grupo migrante (ou associativismo étnico) representa um importante instrumento de pressão junto da sociedade receptora no sentido de tentar inverter esta situação. De uma maneira geral, as suas acções visam minimizar as possíveis desvantagens sociais e económicas sentidas pelos migrantes, levando a que estes consigam usufruir das mesmas regalias a que têm direito os cidadãos dos países de acolhimento.

Assim sendo, as associações assumem um papel de mediação entre o grupo étnico e o Estado, bem como entre os indivíduos e a própria sociedade, servindo de porta-vozes dos interesses colectivos. Podemos, assim, considera-las como importantes mecanismos de suporte à inserção e à integração social dos migrantes, funcionando como instrumentos aglutinadores das suas expectativas e exigências (Carita e Rosendo, 1993).

Os objectivos associativos podem ser canalizados para actividades diversas que contemplam, entre outras:

- A negociação com as instancias do poder, visando a criação de medidas que defendam e promovam os direitos sociais dos indivíduos que representam (nomeadamente nas áreas de habitação, da saúde, do emprego, e da educação);
- A participação ao nível dos organismos de apoio social local (tais como as autarquias, as escolas e as instituições de saúde);
- A articulação com instituições de solidariedade para com as populações migrantes (organizações religiosas, de caridade ou de assistência a grupos socialmente carenciados).

Uma importante acção das associações de imigrantes consiste na pressão junto dos Governos no sentido de, por seu intermédio, ser possibilidade a legalização dos imigrantes clandestinos, através da abertura de processos de regularização extraordinária, caminhando assim para uma maior integração destas populações.

Naturalmente, o estabelecimento de uma ligação directa entre as estruturas associativas e algumas instituições existentes na sociedade de acolhimento, torna-se essencial para uma inserção e uma integração bem sucedida.

Assim, as associações que visam defender os interesses dos trabalhadores migrantes, tenderão a aproximar-se dos sindicatos ou de determinados partidos políticos, enquanto outras, mais orientadas para a promoção das condições de vida dos migrantes em geral, procurarão encetar uma relação funcional com organização de caris social e entidades afins, quer publicas quer privadas.

Como um corpo organização tendencialmente vocacionado para a solidariedade social, a maior parte das associações actuam no auxílio a indivíduos e famílias que subsistem com dificuldades por motivo de doença, de desemprego ou de evidentes carências económicas. De modo complementar, as suas acções estendem-se ao apoio nos processos de reagrupamento familiar e no acolhimento de recém-chegados.

No que respeita à promoção das condições de vida dos jovens descendentes, dinamizam cursos de formação profissional, merecendo muitas vezes a ajuda financeira de instituições públicas e privadas e apoiam a sua integração nos estabelecimentos de ensino formal, através de um acompanhamento directo e personalizado. Em relação aos adultos, é comum as associações promoverem cursos de alfabetização, bem como de aprendizagem da língua do país receptor.

Chegam mesmo a funcionar como estruturas paralelas às instituições de natureza estatal com responsabilidades nestas áreas, o que deixa transparecer a ausência de respostas ou de uma intervenção adequada por parte dos países de acolhimento.

De uma maneira informal, as oportunidades de convívio e a troca de conhecimentos auxiliam a procura de emprego ou de alojamento. Mas, é principalmente, através do diálogo, da cooperação e da negociação entre representantes das populações imigrantes e organismos de decisão e de apoio assistencial da sociedade receptora que estas e outras necessidades são satisfeitas.

3.2.3.1 - As políticas de integração económica e social

Os problemas de integração vividos actualmente não dizem tanto respeito a problemas levantados pelos modelos de integração ou pelas características dos imigrantes, mas a problemas económicos e sociais que afectam principalmente as populações económicas e socialmente mais desfavorecidas (Rugy, 2000).

A primeira política de integração tende a favorecer a inserção económica, quer dos migrantes que chegam ao país de acolhimento, sobretudo dos refugiados e dos requerentes de asilo, quer dos imigrantes e dos seus descendentes já estabelecidos no país. Mas, com o abrandamento do crescimento da produção e o aumento da taxa de desemprego tornam ainda mais difícil a inserção económica, ao passo que no decorrer dos anos 60 esta era o principal vector de integração. A integração económica através do trabalho era, de facto, o primeiro factor de integração na sociedade, seguindo-se a integração social e cultural. Portanto, são os imigrantes e os seus filhos os mais afectados pelo desemprego e pela precariedade do emprego. Ora, segundo Rugy (2000:32) (...) *pôr em causa a inserção económica significa fragilizar a inserção social e cultural.*

É de referir ainda segundo a autora que a ajuda a inserção económica pode assumir várias formas, conforme os países, pode destinar-se a grupos alvo – mulheres imigrantes, minorias étnicas, filhos de imigrantes ou ao conjunto de população nacional e estrangeira sem qualquer distinção.

Rugy (2000) divide as políticas de integração social em duas fracções que se complementam: políticas escolares e a política urbana.

No primeiro caso, a escola intervém em duas fases do processo de integração. Representa, para a criança juntamente com a família, uma das maiores instâncias de sociedade de acolhimento. Está no centro do processo de aculturação, através do qual os migrantes ou seus filhos se adaptam à sociedade de acolhimento e transformam a sua cultura de origem. Por outro lado, a escola é um local de obtenção de diplomas. Assim, determina significativamente a inserção dos adultos no mercado de trabalho. As políticas escolares visam simultaneamente a integração cultural e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos nacionais, estrangeiros ou descendentes de estrangeiros no que diz respeito à obtenção de diplomas e de títulos escolares e universitário.

A política urbana, como já referi, complementa a política escolar no sentido de favorecer a integração social dos imigrantes e dos seus filhos. As relações entre os espaços urbanos e as migrações são complexas. Em algumas cidades europeias, bem como na sua periferia, o isolamento geográfico de certos bairros soma-se às dificuldades de integração. Nestes bairros, os problemas ligados ao tipo de habitação juntam-se aos problemas sociais: taxa de desemprego elevada, pobreza, delinquência, etc. Uma vez que estes bairros têm um grande número de estrangeiros, estes vêem a sua integração prejudicada. Para estes casos, a política urbana e a política de habitação são algumas das vertentes da política de integração. Mas a imigração também contribuiu de forma positiva quer para a manutenção da população urbana, quer de um novo equilíbrio da ocupação do espaço e travar o processo de abandono de certos bairros pelas classes médias, contribuindo para a dinamização da economia urbana. *A integração dos estrangeiros na cidade não ode ser considerada como homogénea e idêntica dentro de um país e, a fortiori, entre os vários países* (Rugy, 2000:35). As políticas urbanas devem levar em conta esta diversidade. Neste sentido, as políticas locais que frequentemente associam as comunidades de imigrantes, as associações e os parceiros sociais dão, muitas vezes, provas de inovação, mas não são suficientes para resolver os problemas de integração ligados às condições económicas e sociais mais gerais. Assim, as políticas locais, devem ser retomadas por políticas nacionais e regionais.

3.2.4 - Relações horizontais dentro das associações de imigrantes

Pode reconhecer-se, segundo Lopes (2000), quatro grandes modelos de relações entre as organizações do Terceiro Sector, particularmente, nas associações imigrantes.

As relações em rede são o modelo mais rico e denso entre as organizações do Terceiro Sector; pressupõem uma clara orientação e, mais do que isso, uma aceitação da necessidade do relacionamento com o exterior, passa por um entendimento estratégico da própria organização, com um máximo aproveitamento dos recursos disponíveis e com uma melhor satisfação das necessidades, conseguidos com níveis elevados de comprometimento das organizações entre si.

Em segundo, são as relações em parceria – trata-se de um esquema de relacionamento que fica empobrecido em relação ao anterior, especialmente devido a selectividade das parcerias; o relacionamento em rede significa, normalmente, a abertura a todos os potenciais agentes a operar num determinado domínio; o relacionamento em parceria traduz-se, usualmente, na eleição dos parceiros preferenciais e na exclusão de organizações; esse tipo de dinâmicas pode implicar, frequentemente, a emergência de grupos de organizações, extremamente articuladas entre si mas que excluem um conjunto de outras organizações.

As relações de colaboração pontual estão em terceiro lugar. Quando este é o modelo dominante de relações entre organizações, isto significa uma maior orientação para o interior da organização; a necessidade de relação com outras organizações não é incorporada no planeamento estratégico, aparecendo pontualmente por razões muitas vezes circunstanciais e sem ser aprofundada.

Por último temos as relações de isolamento - para este tipo, o termo certo seria inexistência de relações; as acções das organizações caracterizam-se pela sua atomização, o que implica normalmente situações de sobreposição e de competição pelos recursos disponíveis; o isolamento das organizações centra-as mais no que se passa no seu interior.

3.2.4.1 – Os líderes associativos

Como mentores do empenhamento para a integração social dos imigrantes, há que realçar o papel assumido pelos líderes na gestão das estratégias de actuação das associações e na articulação com as instâncias de poder.

De acordo com Labelle *et al.* (1994), os líderes associativos são homens e mulheres que definem situações e opiniões e que trabalham como membros activos e influentes em virtude dos postos de responsabilidade que ocupam no quadro de agrupamentos comunitários com carácter étnico e do papel informal que aí desempenham.

As suas características confirmam que a liderança se encontra ligada a determinadas qualidades pessoais e à habilidade com que, estrategicamente, utilizam os seus recursos, nomeadamente: o domínio da língua do país receptor; o nível de rendimentos; o grau de formação académica; as habilidades políticas e o grau de credibilidade que sustentam no seio do grupo.

Como representantes ou porta-vozes das comunidades migrantes, estes indivíduos encontram-se, muitas vezes, ligados à acção política e são portadores de reivindicações face ao poder instituído. A posição de liderança alimenta o seu prestígio e viabiliza a respectiva promoção social, quer no interior do grupo quer no seio da comunidade envolvente. Detentores de importantes redes de conhecimentos procuram, assim, exercer influência junto de instituições sociais, partidos políticos e sindicatos, procurando a melhoria das condições de vida dos seus conterrâneos.

CAPÍTULO IV

4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1- Pesquisa Qualitativa

Para elaborar um Projecto de investigação é necessário identificar métodos usado assim como técnicas a serem utilizadas para a recolha das informações necessárias. Assim sendo, *o método é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – conhecimentos válidos e verdadeiro – traçando o caminho a ser seguido, destacando erros e auxiliando as decisões do cientista* (Lakatos e Marconi, 1998:83).

O método que melhor se adequa a este projecto é o qualitativo, *aquele que se toma em ordem à identificação das diversas características de um determinado fenómeno, ou das diferentes formas que o mesmo pode assumir, sem que de imediato se entenda como prioritária a avaliação da importância ou peso relativo das várias facetas em estudo* (Rocha-Trindade, 1995:109).

Este estudo consistiu numa investigação qualitativa, onde a descrição e o sentido dos discursos adquirem um papel significativo na análise dos dados empíricos. Estamos perante uma investigação que confere especial relevância à profundidade e à riqueza dos elementos em análise.

Para além de procurar o sentido qualitativo em detrimento do da medida, da frequência e do quantitativo, a investigação qualitativa assume como característica essencial a versatilidade no que respeita a sua aplicação e adequação a diferentes tradições e quadros teóricos. Neste sentido, pode sintetizar-se que este tipo de investigação consistiu num *campo interdisciplinar transdisciplinar e as vezes contra disciplinar. Atravessa as humanidades e as ciências sociais e físicas, é muita coisa ao mesmo tempo. É um objecto multiparadigmático* (Denzin; Lincoln, 1994:3).

Por seu turno, outras características como a abertura, a polivalência permitem um trabalho de análise e de investigação de construção contínua, ou seja, o trabalho empírico pode informar o enquadramento teórico, deixando em aberto as questões orientadoras de análise (Léssard-Hébert, 1994).

A investigação qualitativa *parece, portanto, dar lugar de relevo ao contexto de descoberta antes e durante a recolha de dados: as hipóteses, as variáveis ou as*

categorias de observação normalmente não estão totalmente formuladas ou predeterminadas no início da pesquisa (Léssard-Hébert, 1994:102).

O tipo de pesquisa que aqui apresentamos permite-nos um estudo intensivo, minucioso, descritivo e em profundidade. Ao procurarmos interpretar e reconstruir os discursos dos autores envolvidos no nosso objecto de estudo garantimos a validade da pesquisa que construiremos.

4.2 - As Técnicas de Investigação

O interesse pelo caso ou pelo singular implica uma escolha de técnicas de investigação adequadas. Não é a extensividade que norteia as pesquisas qualitativas como a que aqui desenvolvemos, logo as técnicas a privilegiar deverão possibilitar o estudo intensivo e descritivo. Pelo que, *para esta abordagem em profundidade (...) a entrevista tornou-se num instrumento primordial* (Ruquoy, 1997:87).

A entrevista é, portanto, o instrumento de recolha de informação privilegiado no nosso estudo, no sentido de averiguar o significado dos nossos pressupostos.

A recolha de documentos foi igualmente utilizada, normalmente para suportar parte do discurso obtido junto dos actores no que respeita, essencialmente, à história e situação jurídico-legal das associações em análise. Este documento assume, assim, um papel apenas de complementaridade que, neste caso, não existe um procedimento analítico relevante.

Assim, é a entrevista que se impõe como o instrumento privilegiado e mais exigente na sua construção.

4.2.1- Entrevista

As entrevistas vão permitir retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e variados. A utilização de entrevistas numa fase exploratória de investigação é de particular relevância no processo global de recolha de informação no terreno. A entrevista exploratória tem como principais objectivos fornecer ideias e pistas de reflexão e de abordagem sobre o estudo que se pretende realizar (Rocha-Trindade, 1995).

Para a autora referida, um dos principais benefícios da utilização de entrevistas é o aprofundamento de informação qualitativa, dificilmente obtida através da observação directa, ainda que sistemática, da realidade. A análise metódica das informações obtidas nas entrevistas torna-se fundamental para a interpretação e compreensão dos fenómenos sociais em estudo.

Longe de ser uma técnica que consiste num *dispositivo de interrogação (...)* *rigorosamente idêntico* (Ruquoy, 1997:85), a entrevista quanto ao seu grau de liberdade, poderá ser directiva - quando realizada segundo um guião estruturado e aplicado a todos os indivíduos, corresponder a um relato de vida (na combinação entre a abordagem biográfica e o tema em análise); não directiva – que passa-se da exploração livre por parte do entrevistado de uma problemática ou de um tema; e semi-directiva – estruturada pelo entrevistador que confere liberdade a si próprio e ao entrevistado, permitindo uma liberdade quer na condução da entrevista quer na exploração dos temas por parte dos entrevistado.

Este último tipo de entrevista é, seguramente, o que aplicamos na nossa investigação. Ao procedemos à construção de um guião para a aplicação da entrevista, asseguramos que os registos nos permitam proceder ao confronto e comparabilidade dos casos que estudamos.

Exige-se-nos especificar neste momento, os procedimentos subjacentes à realização das entrevistas, nomeadamente, no que respeita aos actores entrevistados, às condições de realização das entrevistas e a sua duração.

A escolha dos actores a entrevistar, nas duas associações, esteve subjacente a um critério – ser o líder associativo, isto é, ser o presidente ou vice-presidente da associação. Este procedimento permitiu-nos saber com mais detalhe o funcionamento de cada associação e proceder a sua comparação.

4.2.2 - O processo de análise

O corpus de análise consiste nas entrevistas. Alguns documentos facultados pela instituição também mereceram uma análise que deve ser assumida como complementar à informação recolhida pela aplicação da entrevista. Na verdade, o processo que utilizamos nesta investigação, merece no nosso entender a denominação de análise

qualitativa, uma vez que é o discurso e o sentido conferido pelos autores o que aqui está em causa.

4.3 - Objectivos

Em todos os domínios de actividade, é útil sabermos com clareza aquilo que ambicionamos antes de optarmos por este caminho:

- Conhecer as acções sociais implementadas por essas associações;
- Compreender como é que essas associações ajudam efectivamente a corrigir os desequilíbrios e a criar valores para a comunidade onde estão inseridas;
- Traçar o perfil das associações imigrante que estão a ser constituídas em Portugal, procurando detectar as diferenças sectoriais por forma aferir a justificação de programas nacionais de dinamização do empreendedorismo social;
- Identificar os principais constrangimentos à criação e desenvolvimento dessas associações;
- Aferir, através destas associações, como é feita a captação dos recursos financeiros, humanos qualificados e técnicos;
- Perceber a importância das diversas formas de financiamento;
- Salientar a verdadeira responsabilidade social destas associações para com a comunidade envolvente;

CAPÍTULO V

5- A ANÁLISE DE DOIS CASOS: ASSOCIAÇÃO UNIDA E CULTURAL E ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PRÍNCIPE – AAP

O propósito da segunda parte deste trabalho é o de analisar as características próprias de duas associações imigrantes respectivamente, a Associação Unida e Cultural e a Associação Amigos do Príncipe – AAP. A primeira porque localiza-se num bairro onde a comunidade são-tomense está numa situação de maioria absoluta em relação a outros imigrantes aí residentes segundo Bastos (1999), e é considerada a que reúne e presta serviços a grande número destes imigrantes na área metropolitana de Lisboa. No segundo caso por se tratar, unicamente, de uma associação de raiz são-tomense também localizada na área metropolitana de Lisboa.

Como já referi anteriormente, diversas são as causas que levam as pessoas a tomarem a decisão de emigrar e várias são as consequências que esta resolução transporta: separação das famílias, dificuldades de inserção nas sociedades de acolhimento, quebra de tradição e de hábitos culturais e muito mais. No entanto, tais razões não são mais do que um esforço individual ou colectivo (quando envolve a família) para melhorar a qualidade de vida, que o país de origem não oferece, normalmente de ordem económica, e de outros factores causais, sobretudo os aspectos demográficos, as condições climáticas, o desenvolvimento industrial e infra-estrutural, o ensino entre outras.

Assim, como se de uma profecia se tratasse, os imigrantes são-tomenses enquadram perfeitamente naquilo que é o modelo de *atração-repulsão*.

Pelas diversas crises financeira e política que S.Tomé e Príncipe atravessou e continua a atravessar, principalmente, depois da sua independência, os são-tomenses sentem uma grande revolta por constatarem que muito poucas das suas necessidades de várias ordens como: saúde, educação e postos de trabalho são satisfeitas. É com este sentimento de esperança de dias melhores que partem em busca de melhores condições de vida. Contudo, num outro contexto, deparam-se não só com problemas económicos correspondente a um fraco nível de escolaridade como também a problemas sociais: integração.

Por este motivo, surgem as associações imigrantes no país de acolhimento, um espaço como nos diz Giddens, de consciência colectiva de pertença, como de, existência de inter-relações constantes (2002).

Actualmente, muitas organizações do Terceiro Sector, mais concretamente as associações imigrantes, estão a ser consideradas como os parentes pobres da economia, uma vez que o molde destas organizações é composto, entre outras, por indícios como: pouco profissionalismo da gestão, reduzido rigor das suas estruturas e processos, fraca autonomia financeira resultante da ausência de orientação para os resultados em virtude de a sua missão ser, ela própria, uma justificação suficiente para a sua existência.

Para melhor apresentação e análise dos dados recolhidos nestes dois estudos de caso serão apresentados: a história e contexto; a missão e estratégia; a política de parecerias; estrutura de implementação; os recursos financeiros; a força de voluntariado; estrutura e normas organizacionais, governança; medição do desempenho; principais dificuldades da comunidade sãotomense; acções desenvolvidas para promover a integração; percurso típico de inserção da comunidade sãotomense e empreendedores sociais.

5.1 - A História e Contextualização

A Associação Unida e Cultural foi fundada em 1993 mas, somente, reconhecida o seu estatuto em 8 de Março de 1995. Juridicamente, é uma associação imigrante sem fins lucrativos, ou seja, apoia-se em iniciativa individual, livre e desinteressada. Por esta razão, deve manter-se independente perante o Estado, Partidos Políticos e Confissões Religiosas. Trata-se de uma associação que presta auxílio a todos que dela necessita mas, principalmente, aos imigrantes do PALOP residente na Urbanização Terraços da Ponte a ex- Quinta de Mocho⁷.

Contrariamente ao que acontece com muitas associações imigrantes em Portugal que tiveram origem na fusão de comissão de moradores com a mesma origem étnica e

⁷ Diz-se que foi graças a imigração na década de 80 que nasce *Quinta do Mocho*, quando os trabalhadores com dívidas salariais se apoderaram dos estaleiros e de estruturas de prédios pertencentes à empresa SINÍA e ao Banco Fonseca e Burney (BFB), onde trabalhavam e cuja empreitada foi abandonada pela construtora J. Pimentel – alegadamente devido a falência.

que ambicionavam resolver as necessidades específicas da sua comunidade, neste caso, as comissões eram constituídas por quatro nacionalidades do PALOP, isto é, por Sãotomenses, Guineenses, Cabo-verdianos e Angolanos. Os moçambicanos são uma excepção porque não são significativos no bairro e por isso não são representados na associação.

Para o actual vice-presidente da associação Sr. Humberto Santos:

(...) esta iniciativa deveu-se a pressão que nós tínhamos em relação a população de Sacavém e das autoridades que nos via como «marginais», como indivíduos que estavam a violar um espaço que não pertencia-lhes (...).

Assim, essas comissões fundiram-se com objectivo de criar uma associação, de âmbito local na prestação de serviços de proximidade, que pudesse dar respostas a vários problemas dos moradores que viviam em condições desumanas relacionados com a iluminação, água potável, o saneamento básico, a legalização e a falta de habitação condigna.

Portanto, neste caso, estava-se perante uma comunidade sem acesso a recursos: privação de rendimento que tem ligação directa com a privação de capacidades básicas e com a pobreza e vínculos sociais: que são factores individuais, sociais, culturais, políticos e ambientais que são causa e determinante da exclusão. Neste sentido, Pode encarar-se a pobreza vivida por esses imigrantes como parte ou forma de exclusão social.

É nestes moldes que a Associação Unida e Cultural se debruçou durante algum tempo até que a situação foi regularizada e que condicionou o processo do realojamento do novo bairro que é denominado Urbanização Terraços da Ponte a partir do ano 2000 e só terminou em 2001, com a construção de 93 edifícios e 680 fogos, numa área total de 221 600 m². Os fogos foram entregues em três fases. Na primeira foram entregues 76 fogos dos quais fazem parte espaço de Cultura/ espaço comunitário, Espaço de Culto, Campos de Jogos, Espaço de formação e Cultura. Na segunda foram entregues 260 fogos e as respectivas zonas de recreio. Por último foram entregues 344 fogos e igualmente as respectivas zonas de recreio.

A Associação Amigos do Príncipe surge em 1992 por um grupo de naturais da Ilha do Príncipe (...) *que debruçaram sobre as preocupações desta Ilha com objectivo*

de ajudar de uma forma directa ou indirecta a Ilha de Príncipe (...). No entanto, só em Fevereiro de 1995 é reconhecido o seu estatuto. Tal como a associação anterior, trata-se de uma associação sem fins lucrativo e que estabelece os seus princípios no apoio social, cultural e recreativo à população residente na Ilha do Príncipe e promove o convívio entre os naturais e amigos do Príncipe.

Esta associação teve sempre uma intervenção na comunidade a nível local, todavia, a partir do Agosto de 2008 o âmbito de actuação será alargado para nível regional.

Por se pautar na sua génese de uma associação recreativa, a sua localização não constitui um problema porque não está virada para uma determinada comunidade local mas sim para todos naturais e amigos do Príncipe.

Actualmente, encontra-se sediada em Ameixoeira num bairro com forte concentração cigana.

5.2 - A Missão e Estratégia

São vários os motivos que levam os imigrantes a reunirem e a constituírem uma associação e do mesmo modo são várias as estratégias utilizadas para atingirem os seus propósitos.

A Associação Unida e Cultural tem como principal missão cooperar com entidades públicas e privadas, designadamente com as Autarquias em tudo quanto possa valorizar o núcleo residencial da Urbanização Terraços da Ponte a ex-Quinta de Mocho bem como outras zonas de actuação e impulsionar e apoiar iniciativas de carácter social, cultural e desportivo que, segundo o vice-presidente Sr. Humberto Santos, traduzem:

(...) defender os seus direitos em relação a várias entidades, problemas sociais, jurídicos e problemas do próprio bairro que, de vez em quando, torna-se pouco polémico(...). Também estamos virados para eventos culturais relacionados com as comemorações das Independências, das Lutas Armadas e outras datas significativas relacionadas com o PALOP. Resumindo, tentamos ajudar a população residente na Urbanização Terraços da Ponte a resolverem os seus problemas do dia-a-dia, problemas relacionado fundamentalmente com a integração.

Por outro lado, a Associação Amigos do Príncipe tem como principal objectivo prestar apoio social, cultural e recreativo à população residente do Príncipe, estreitar laços de amizade e promover o convívio entre os amigos do Príncipe de modo a conservar e divulgar a cultura de S.Tomé e Príncipe. Para o presidente Dr. Honório Alves, esta iniciativa deve (...) *contribuir para o desenvolvimento da Ilha do Príncipe. (...) ajudar em vários sentidos a comunidade do Príncipe e não só residente em Portugal(...)*.

Deduz-se que, esta associação tem duas vertentes: a primeira é a de contribuir para progresso das populações residente na Ilha do Príncipe; e a segunda é de auxiliar os imigrantes são-tomenses e «amigos do Príncipe», que procuram esta associação para resolverem os seus problemas.

Assim, para seguir em frente com tais missões, estas associações imigrantes adoptam estratégia que, no caso da Associação Amigos do Príncipe, passa por um trabalho (...) *de equipa onde todos nós remamos no mesmo sentido para que possamos chegar a bom porto.*

Pode constatar-se, aquando da entrevista realizada ao vice-presidente da Associação Unida e Cultural, que esta associação tem estado a eleger estratégias distintas de acordo com os problemas enfrentados pelos moradores. Não existe, portanto, estratégia definida. Pois, para Sr. Humberto Santos (...) *a nossa estratégia vai sempre de encontro com os nossos parceiros directos porque, expomos-lhes as nossas preocupações e as nossas necessidades e tentam resolver.*

Porém, mesmo não havendo uma definição exacta das estratégias adoptadas, por estas associações imigrantes, pode destacar-se as seguintes:

Quadro2 – Comparação das estratégias das duas Associações

Associações	Estratégias
Associação Unida e Cultural	<ul style="list-style-type: none">• Integração com a comunidade local;• Prestar de serviços de informação sobre Leis da Nacionalidade e outros esclarecimentos afins aos imigrantes que solicitam;• Ajudar na procura de emprego;• Encaminhar os jovens na procura de uma formação profissional;• Criação de espaço para crianças e jovens (ATL⁸ e sala de Informática).
Associação Amigos do Príncipe	<ul style="list-style-type: none">• Campanha de solidariedade que vise angariar bens/serviços para as populações (crianças) residente na Ilha do Príncipe;• Aparar doentes são-tomenses com a junta médica sem condições financeiras;• Prestar serviços de informação sobre Leis da Nacionalidade e outros esclarecimentos afins aos imigrantes que solicitam;• Encaminhar os jovens na procura de uma formação profissional.

Em termos comparativos estas associações têm muito em comum. Pois, centram as suas atenções na prestação de informação sobre a Leis de Nacionalidade e outras documentações aos imigrantes.

⁸ ATL – Actividades de Tempos Livres

5.3 - A Política de Parcerias

Neste ponto referimos a importância dada a rede de parcerias nestas organizações de sociedade civil. Consta-se que são várias as instituições que têm apoiado estas associações de imigrantes embora de maneiras diferentes. As Câmaras Municipais de Loures e Lisboa, respectivamente, têm envolvido estas associações na concretização das políticas locais. Os programas europeus dirigidos à intervenção em áreas urbanas degradadas e à promoção para o combate à exclusão das populações de origem imigrantes dos grupos desfavorecidos integram financiamentos específicos. Segundo o vice-presidente Sr. Humberto Santos a Associação Unida e Cultural, beneficia de apoio dos parceiros como:

(...) ACIDI – Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, Câmara Municipal de Loures, Junta de Freguesias e as Embaixadas de S.Tomé e Príncipe, Cabo-Verde e Angola que nos têm apoiado em algumas actividades pontuais.

(...) com outras associações congéneres. (...) quando temos eventos, contactamos essas associações para pedir o seu apoio. Também temos com a Junta de Freguesia de Sacavém. Temos aqui no bairro uma pequena Igreja Católica que serve a todas as comunidades e o Padre Valentim tem nos dado muito apoio moral e ajuda-nos a enterrar os mortos.

Por outro lado, o presidente da Associação Amigos do Príncipe menciona o seguinte:

(...) temos parcerias com algumas organizações não governamentais: IPAD⁹, a Escola de Formação Profissional COMPUTERFOR que levará a cabo formação aos nossos associados, a Câmara Municipal de Lisboa que assume a responsabilidade de apoiar-nos financeiramente nas nossas actividades (...) com a Imobiliária Remax que nos dão benefícios de 25% que poderá ser convertido em dinheiro se nós conseguirmos angariar 12 ou mais pessoas para comprar casas.

⁹IPAD - O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Fica, portanto, muito claro que não são só as estruturas de poder nacional ou local que estabelecem parcerias com estas associações. Na perspectiva da própria sociedade civil, assiste-se a construção de parcerias entre associações de imigrantes e outras organizações não governamentais ou com organizações sindicais, mediante actividades pontuais ou através de projectos financiados por via de programas europeus.

Contudo, para ACIDI o auxílio económico pode ser acedido à globalidade das acções previstas no plano anual de actividades ou pontualmente. As associações que prefiram pelo apoio para o plano anual de actividades não serão electivas para o apoio pontual. As associações que decidam-se pelo apoio pontual podem apresentar até ao máximo de três pedidos por ano civil. O apoio económico não pode avultar 70% do total do valor do programa, projecto ou acção e os pedidos devem ser apresentados até 31 de Outubro do ano que precede o apoio para o plano anual de actividades e até 60 dias de antecedência para o apoio pontual.

A elevada contribuição dos fundos públicos no financiamento das actividades relacionadas com os serviços sociais tem a ver também com a percentagem que esta actividade representa em Portugal em relação a outras actividades igualmente do mesmo sector.

Pode considerar-se que, nos casos analisados existem um modelo dominante que é o relacionamento em rede o que significa, comumente, a abertura a todos os potenciais agentes a operar num determinado domínio. Isto não significa que os outros modelos não estejam presente, mas em menor número.

Apercebe-se no entanto uma hostilidade em relação ao Estado ao referirem que, a associação, não recebe ajuda do Estado. Contudo, importa aqui exprimir que, face o reconhecimento da função fundamental das associações por parte do Estado dado pelo Despacho conjunto nº304/98 de 31 de Março entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que autentica legitimamente a figura do mediador cultural para a educação, esta medida comprova a atenção dada pelo Estado à grande actividade das associações na área da formação profissional de jovens das minorias étnicas entorno da mediação escolar e intercultural.

A produção de um conjunto de documentos legais que davam forma a uma política de integração levou as associações a verem o Estado cada vez mais como parceiro e menos como adversário. Esta nova política possibilitou reduzir a hostilidade que tinha marcado a política de imigração na primeira metade dos anos 90.

Subsistem Fundações, organizações e entidades privadas que lançam, ocasionalmente, linhas de financiamento e apoio a Organizações Não Governamentais ou mesmo especificamente a Associações nas quais se enquadram as Associações de Imigrantes. O aumento de oportunidades para as associações aderirem a financiamentos para os seus projectos e formação de parcerias com várias entidades, no qual se destaca o papel das autoridades locais, permitiu-lhes romper: a falta de recursos materiais, o não aumento da sua esfera de intervenção e falta de apoios para realizarem actividades.

Ora, o facto das instituições públicas terem adquirido o hábito de dar apoios financeiros às associações e de as envolverem nos projectos de integração dirigidos às comunidades de origem imigrante teve um impacto enorme na evolução das próprias associações.

5.4- Estrutura de Implementação

Os subitens que se seguem visam esclarecer como estas associações de imigrantes executam suas estratégias alicerçada por uma cultura organizacional.

5.4.1 - Os recursos financeiros

As associações não lucrativas vivem um problema de financiamento que seria intrínseco à sua natureza, ou seja, estas organizações, devido à sua ideologia (procura do bem-estar e interesse dos seus associados em detrimento do factor capital), praticam preços abaixo do custo real com vista a atingir as camadas da população mas desfavorecidas, neste caso são as minorias étnicas que delas necessitam. Para suportar o défice orçamental existente, estas formas organizativas recorrem aos subsídios do Estado dado as suas actividades complementarem a dimensão social do Estado ou serem socialmente meritórias.

A análise de financiamento das associações de imigrantes aplica-se não pelo reconhecimento dessas fontes mas, sobretudo, pelas questões que lhes são subjacentes e que nos conduzem a reflectir sobre o efeito das diferentes fontes de financiamento na independência do Terceiro Sector, sobre a problemática da responsabilidade e da

responsabilização das organizações, sobre as formas de medição da eficácia da sua acção, entre outros.

Quando em 1978 o *Committee on Voluntary Organizations* discutia as fontes de financiamento das ONG's, já alertava para a centralidade dessas questões até porque acabam por ter implícitas algumas enunciações que, se consideradas individualmente poderão parecer consensuais, na realidade não o são. Por exemplo, não teremos dificuldade em admitir que, por essência, as organizações de voluntariado devem ser independentes de todas as formas de controlo regulamentar, seja de que lado for. No entanto, também concordaremos que é da responsabilidade de quem quer que gaste dinheiro de outros prestar contas de forma transparente sobre como está a gastar esse dinheiro. Ou então, que existe pelo menos uma responsabilidade moral da própria sociedade para ver se os serviços prestados obedecem a padrões razoáveis.

Desta forma, as fontes de financiamento que as organizações do Terceiro Sector podem usar são:

- Público em geral – subscrições, donativos, legados
- Governo central e local – subsídios e pagamentos de serviços
- Dividendos fiscais
- Corporação e fundações privadas
- Proveitos próprios – quotas, venda, publicações, património.

De acordo com a importância que cada uma destas fontes de financiamentos assume nas contas das organizações, poderemos posicionar estas num *continuum* que irá desde aquelas que recorrem quase unicamente a subsídios estatais, estando fortemente dependentes de controlo externo sobre os seus recursos, levadas a cabo por agências governamentais, até as organizações para as quais qualquer subsídio de natureza estatal é intolerável porque percebido como um ataque directo à sua independência regulamentar.

No que se refere às várias fontes de receita, não deixa de ser evidente a importância que os fundos provenientes do sector público representam para as associações imigrantes. Segundo um estudo da Universidade Johns Hopkins, os apoios públicos em Portugal, relacionado com o Terceiro Sector, correspondem a 40%.

Assim, depois do estudo feito nestas associações de imigrantes pode referir-se que, os apoios são na sua maioria públicos vindos de instituições públicas como poderemos ver mais adiante.

Ora, quando falamos em financiamentos, temos que ter em conta que as associações sem fins lucrativos são motivadas pela prestação de serviços que podem proporcionar benefício, como pelo ganho que trazem à comunidade. Logo, estas associações não possuem uma finalidade lucrativa, visam a auto-sustentabilidade da sua gestão.

Pode verificar-se esta confirmação através das palavras do vice-presidente da Associação Unida e Cultural quando nos comunica que, tem havido uma boa gestão dos recursos disponíveis e que com a colaboração dos sócios, têm tentado dar continuidade a missão proposta ao longo de todos esses anos de existência da associação. Então vejamos o que nos relata:

Há viabilidade económica, caso contrário fechava-se as portas. Trata-se neste caso de uma capacidade que a associação tem para fazer uma gestão eficiente. Com pouco que possuímos fazemos os possíveis para saber geri-lo (...).

As contribuições de sócios como o pagamento de quotas ou pagamento de alguns serviços informáticos prestados contribuem para o ajuste de algumas despesas. Entretanto, a questão de viabilidade económica da associação é encarada pelo presidente da Associação Amigos do Príncipe como um afastamento dos princípios básicos da associação:

(...) como um dos nossos princípios não é lucro, uma actividade económica poderia desviar este princípio que rege o nosso estatuto. A viabilidade económica só podia fazer sentido se tivéssemos a exploração de um espaço com vendas de produtos ambulantes etc. (...).

Nesta associação, como pode descortinar-se no seu estatuto (ver anexo III), são várias as fontes de receitas: produto das quotas dos associados; as participações dos utentes; os rendimentos dos bens próprios; as doações, legados, heranças e respectivos rendimentos; subsídios do Estado ou de Organismos Oficiais; donativos e produtos de festas e subscrições; e outras receitas de outras proveniências.

Quanto aos donativos, refere-nos que provêm de (...) *vários locais como: Jumbo de Alverca, algumas Papelarias, Farmácias, o Hospital Amadora Sintra que concedeu-nos camas, colchões, equipamentos de análises, radiografias, entre outros.*

O problema de eficiência é, normalmente, tão importante nos empreendedores sociais como naqueles que têm objectivos de rentabilidade. Por este motivo, o princípio de afectação de recursos escassos as necessidades ilimitadas aplica-se igualmente a este sector de actividade. A capacidade de ter modelos de gestão eficiente, com tecnologia avançada, recursos humanos qualificados é igualmente importante neste sector.

Na Associação Unida e Cultural, a questão da eficiência é contornada através de algumas estratégias que permitem aos colaboradores e técnicos trabalharem. Refere, o vice-presidente desta associação a este respeito:

(...) a dependência financeira desta associação é gigantesca. Temos um plano anual para cumprir e fazemos os possíveis para cumprir. Para isso, recorreremos algumas instituições que são nossos parceiros directos (...). Quando falamos nos apoios é preciso não nos esquecermos que para realizar uma determinada actividade, não é só os apoios financeiros, há apoios humanos, materiais que contribuem, portanto, para realizar uma determinada actividade.

Tal como acontece na Associação Unida e Cultural, a subordinação económica da Associação Amigos Príncipe também é gritante. A este respeito, o presidente desta associação diz-nos que (...) *dependemos do financiamento geral do Estado português (...).*

Os auxílios às associações são atribuídos mediante a celebração de protocolos entre as associações e o ACIDI com base em projectos apresentados pelas associações. Esses apoios efectivam-se através das ajudas de carácter técnico e financeiro às associações de imigrantes que desenvolvam programas, projectos e acções que tenham como objectivo: a integração de cidadãos imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades; formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais com vista a estimular a actividade empreendedora dos imigrantes.

Contudo, recorrer à bondade do Estado pode implicar a sua dependência. Por este motivo, torna-se então fundamental que o Estado garanta uma distribuição de fundos e recursos de forma igualitária, não optando por apoiar associações e projectos que a si favoreça, mas que favoreça a comunidade em questão.

Em relação a essas duas associações imigrantes, existem diversas formas de financiamento que podem ser respectivamente donativos, subsídios, pagamentos de serviços prestados a comunidade e quotas.

5.4.2 - A força de voluntariado

A utilização de voluntários para a realização das suas actividades é frequentemente, apontada como uma característica distintiva das organizações do Terceiro Sector e consequentemente das associações imigrantes, ao mesmo tempo que é apresentada como um dos seus mais fortes indicadores enquanto espaço de identificação dos indivíduos com ideias, com os quais se comprometem de livre vontade, sem outra mais-valia que não seja a participação solidária na concretização dos mesmos. O voluntariado é sinónimo de participação democrática e solidária pois, o seu recurso coloca uma série de desafios às associações e a forma como lidam com esses desafios dirá muito da sua capacidade para «fabricarem» modelos alternativos de participação democrática e solidária.

Quis como este ponto aferir se existe ou não uma política de voluntariado nessas associações. No entender do vice-presidente da Associação Unida e Cultural, os técnicos que prestam serviços a esta associação são voluntários e sócios, o que quer dizer que, não recebem qualquer contrapartida pelo trabalho:

(...) São pessoas capazes, interessadas no desenvolvimento da associação que dão o seu contributo sem contrapartidas. Não vêm com o objectivo de tirar dividendos da associação, isto é muito importante para nós, para uma associação que tem essas características (...).

É importante que essas associações, que fazem parte da economia social, tenham uma política de voluntariado porque desta feita vai reduzir custos elevados para contratar quadros técnicos assalariados. Segundo os dados da Johns Hopkins, o trabalho voluntário nas organizações não lucrativas apresenta igualmente uma importância considerável tanto mais se atendermos que o trabalho voluntário está igualmente calculado no correspondente a trabalho a tempo inteiro.

Na perspectiva do entrevistado, todos os colaboradores que fazem parte do recurso humano são voluntários e alguns deles quadros qualificados, neste sentido expõe que a associação (...) *é composta por elementos voluntários qualificado que dão o seu melhor (...).*

No caso da Associação Amigos Príncipe, o presidente refere-nos que, todos os técnicos que colaboram na associação são membros, não auferem nada em troca dos serviços prestados, actuam no sentido de desenvolver a associação. Confirma que todos, na associação, prestam serviço voluntário mas como associados porque (...) *um associado tem um dever cívico com a associação porque ele preencheu um formulário que dá toda a credibilidade, como associado terá o direito de votar e ser eleito (...)* Um associado tem um vínculo com associação.

Pode constatar-se que a política de voluntariado não esta bem definida nesta associação uma vez que não se percebe, com clareza, se existe voluntários ou não. Apercebe-se, todavia, uma tentativa para diferenciar conceitos como associado e voluntário. Para Dr. Honório Alves:

(...) um voluntário não pode votar nem ser eleito, porque ele não tem um formulário que diz que é associado mas é uma pessoa que foi contratada por uma instituição, tendo em conta que a associação precisa dos seus préstimos sem compromisso ou vínculo algum.

Quanto as práticas de gestão empresarial aplicáveis a organizações do Terceiro Sector para administrar voluntários, constata-se que os maiores desafios estão em assegurar a pontualidade dos voluntários, avaliar o desempenho nas actividades propostas, capacitar para as tarefas e conseguir motivação e disponibilidade para o exercício das diversas tarefas que se apresentam. Enquanto na iniciativa privada multiplicam-se estratégias para avaliar desempenho e onde os benefícios financeiros como prémios e promoções tornam-se práticas cada vez mais comuns como forma de reconhecer e manter recursos humanos. Nestas associações imigrantes a realidade não é muito diferente. Por exemplo na Associação Unida e Cultural pretendem criar um fundo com objectivo de premiar, em alguns casos, pessoas que passam mais tempo na associação a realizar tarefas para bem comum:

É claro que, quando temos muito trabalho, propomos a Assembleia Geral no sentido de compensar aquele indivíduo com alguma coisa (pode ser ou não monetária) pela perda de tempo que, para além das horas normais, empregou na associação.

Este facto pode ser também considerado como um estímulo pela dedicação com que investe à causa social.

Verifica-se que para incentivar os seus colaboradores, a Associação Amigos do Príncipe utiliza algumas estratégias como: auxiliar em dinheiro no caso de doença a algum familiar, eleger sempre membros de órgão diferentes para representar a associação, jantares e almoços entre os associados.

A força que mobiliza acções voluntárias alicerça em aspectos que não são os da sobrevivência, da carreira ou do sucesso profissional. Muitas vezes, o que mobiliza alguém para fazer um trabalho voluntário é o esforço para resolver suas questões pessoais e não pela percepção de seu papel social. Assim, as estratégias de motivação e reconhecimento do trabalho voluntário precisam considerar esses detalhes. O voluntário deseja ser reconhecido por sua atitude nobre, quer ser identificado como alguém que pratica o bem.

5.4.3- Estrutura e normas organizacionais

Em ambas as associações pode verificar-se o predomínio de redes pouco rígidas, apostadas na informalidade e na participação activa dos associados.

Quanto a organização, verifica-se que tanto Associação Unida e Cultural como Associação Amigos do Príncipe apresentam formação hierárquica de estilo matricial porque, há nestas associações um predomínio de programas que visam a integração dos imigrantes. Programas estes que serão analisados pelo ACIDI que dará o seu aval positivo em termos do financiamento. Assim, os apoios às associações são atribuídos mediante a celebração de protocolos entre as associações e o ACIDI com base em projectos apresentados pelas associações. A celebração dos protocolos é precedida de parecer do Conselho Consultivo. Na concessão de qualquer tipo de apoios por parte do Estado, nenhuma associação de imigrantes pode ser privilegiada ou prejudicada em relação às demais por motivos étnicos, ideológicos, religiosos ou de situação geográfica.

Por exemplo, na Associação Unida e Cultural existem elaboração de projectos por parte desta associação como por exemplo Projecto *Verão Feliz* que foi concebido com a parceria da Câmara Municipal de Loures e ACIDI, Projectos Esperança e Escolhas em que a entidade financiadora é o ACIDI em consórcio com oito instituições. A Associação Unida e Cultural que é a entidade promotora e gestora da PROSADESC¹⁰.

Estas Associação tem um sentido de grupo, e isto, é demonstrado no envolvimento dos moradores e sócios em acções de solidariedade. Referem que, as pessoas as pessoas têm participado quando são chamadas para causa social.

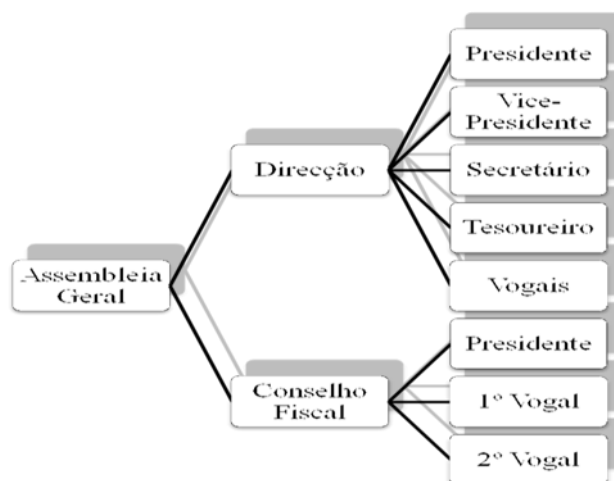
5.4.4 - Governança

Nessas associações existem normas a serem seguidas para que possam receber benefícios do Estado. Por este motivo, têm que estar inscritas na Segurança Social e apresentar as declarações anuais para estarem isentas no pagamento de alguns serviços.

Conforme acontece nos empreendimentos com fins lucrativos, estas associações de imigrantes também pautam pela mesma estrutura administrativa como podemos ver no organograma que se segue:

¹⁰ PROSADESC – Associação Promotores de Saúde e Desenvolvimento sócio-cultural

Gráfico1- Organograma das associações de imigrantes



No que concerne aos processos de decisão, ambos os líderes estão de acordo quando referem ser a Assembleia Geral o órgão máximo, quem toma todas as resoluções. Neste sentido, Dr. Honório Alves refere que a Assembleia Geral é (...) *composta, segundo o estatuto, por presidente da Assembleia, vice-presidente da Assembleia, dois secretários e dois vogais. (...) mais todos os associados(...)*.

À direcção, destas associações imigrantes, cabe-lhe a função executiva, isto é, têm de organizar toda a associação para o seu perfeito funcionamento: Planeamento dos objectivos esperados, orientação, coordenação, motivação, liderança das actividades, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

Por último, o Conselho Fiscal, tem a funcionalidade de inspeccionar todas as actividades que sejam realizadas dentro da associação, vigiar pelo cumprimento da lei e do Estatuto. Segundo Sr. Humberto Santos, (...) *é o Conselho Fiscal que tem a competência examinar, sempre que for conveniente, a escrita e toda a documentação da associação, emitir parecer sobre relatórios e contas do exercício.*

Pese embora estes órgãos da associação (Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal) terem funções diferentes, todos trabalham com o mesmo objectivo que é o de facilitar a implementação das actividades programadas. Assim, refere Dr. Honório Alves que (...) *a direcção é que traça todas as estratégias mas com o apoio dos outros órgãos para dar um «empurrãozinho» para implementação dessas mesmas actividades.*

No que respeita a estrutura das associações analisadas, pode dizer-se que é predominantemente informal, uma vez que surge da interacção social das pessoas, o que

significa que se desenvolve espontaneamente quando as pessoas se reúnem. Afigura relações que normalmente não surgem no organograma. São relacionamentos não documentais e não reconhecidos oficialmente entre os membros de uma organização que surgem inevitavelmente no decurso das necessidades pessoais e colectivas dos associados. Assim, verifica-se que os objectivos das associações são idênticos aos objectivos dos indivíduos que as compõem.

Tanto na Associação Unida e Cultural como na Associação Amigos do Príncipe, as eleições são realizadas depois de três anos de mandatos. Cabe a Assembleia Geral (que é constituída por todos associados) eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva mesa e a totalidade ou algum, ou alguns membros dos corpos gerentes. Isto traduz-se, segundo o vice-presidente da Associação Unida e Cultural, numa:

(...) coordenação presidida pelo presidente e assim os associados votam na lista que mais lhe agrada. E na «cabeça» de cada lista, está um indivíduo que será o próximo presidente da associação quem terá a incumbência de eleger outros membros com quem quer trabalhar.

Mas, o presidente da AAP relata que, *(...) todos associados que têm as quotas pagas estão disponíveis para concorrer a qualquer cargo dentro da associação (...).*

5.4.5 - Medição do desempenho

O problema financeiro não é necessariamente o maior obstáculo ao empreendedorismo social. As organizações resultantes enfrentam problemas de organização e governação tão ou mais significativos que as empresas com fins lucrativos.

Um dos problemas resulta da maior dificuldade em medir o desempenho destas organizações, por falta de um indicador financeiro consensual.

No que respeita a Associação Amigos do Príncipe, esta medição é feita segundo:

(...) pequenos indicadores como por exemplo: o grande número de pessoas que trabalham ou a contribuem para o desenvolvimento desta associação e a presença das pessoas que recorrem a nós.

Do mesmo modo na Unida e Cultural, esta apreciação é feita, segundo o vice-presidente, pelo:

Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural que avalia aquilo que fizemos ou não, e também no primeiro trimestre de cada ano renúí-se a Assembleia Geral para a avaliação do cumprimento do programado não esquecendo dos nossos parceiros financeiros que também têm, a tempo útil, o relatório de toda as actividades realizadas com os seus apoios.

Pese embora a questão da medição do desempenho ser uma constante nas iniciativas privadas, estas associações de imigrantes vão criando formas como o ganho social para avaliação dos objectivos propostos.

5.5 - Percursos Típicos de Inserção da Comunidade Sãotomense

Esta questão tem a ver com o caminho percorrido pelos imigrantes aquando da sua chegada no país de acolhimento. Pese embora, os percursos que cada indivíduo faz para a sua inserção numa sociedade ser algo que lhe é particular, existem sempre aspectos que são comuns para todos aqueles que passam pela mesma experiência que é neste caso: a imigração.

Verifica-se, através das entrevistas efectuadas, que estas associações têm os mesmos parecer a cerca do percurso típico dos imigrantes sãotomenses. Neste sentido, um indivíduo quando chega a Portugal, procura sempre o apoio de um familiar ou amigo para se alojar por algum tempo e como nos diz Dr. Honório Alves: (...) *Quando eles chegam nós indicamos alguém que esteja mais próximo de modo a contribuir para a sua adaptação (...)*. A família, como em qualquer outro aspecto da vida, tem um papel muito importante nesta fase destes imigrantes. É nela que os imigrantes encontram o encorajamento e o amparo necessário para seguirem em frente.

5.6- Principais Dificuldades da Comunidade Sãotomense

No entender dos líderes associativos, os problemas enfrentados pela comunidade sãotomense são, na sua maioria, os mesmos que outras comunidades imigrantes. Como nos refere o vice-presidente da Associação Unida e Cultural (...) *A necessidade de um sãotomense é igual a um cabo-verdiano ou um guineense (...)*. De uma maneira geral, os líderes associativos apontaram alguns problemas com que deparam os imigrantes sãotomenses em Portugal e referem também o tipo de respostas dadas. Sendo assim, as principais dificuldades dos imigrantes sãotomenses circunscrevem-se em alguns aspectos chaves muito determinantes para sua inserção social:

- Documentação;
- Dificuldades económicas – que se traduzem numa inserção precária no mercado de trabalho;
- Percalços com a Habitação.

Para Sr. Humberto Santos, são vários os problemas enfrentados por esta comunidade como (...) *a delinquência, a saúde, a realização de funerais, a documentação – pessoas que estão ilegais ou que deixaram os documentos caducarem (...)*. O próprio estigma pejorativo bairro «Quinta de Mocho» constitui um obstáculo na procura do emprego, vejamos o que nos diz:

(...) As pessoas quando procuram um emprego têm muitas dificuldades por causa do bairro de onde vêm. Assim que as empresas reconhecem o bairro Urbanização Terraços da Ponte e o associa a Quinta de Mocho, as empresas são capazes de referir que o lugar já está ocupado.

Porém, segundo Dr. Honório Alves os problemas económicos estão na base da dificuldade suportada por esses imigrantes:

(...) as pessoas da terceira idade manifestam situação em que os familiares não suportam as despesas com elas; e colocam a possibilidade de baterem a porta da Cruz Vermelha ou Santa Casa da Misericórdia para lhes ajudarem, principalmente, a nível da alimentação.

Refere ainda que, a documentação constitui outro dos problemas (...) *e que através da associação possamos fazer com elas enviem os seus documentos a SEF - Serviços de Estrangeiros e Fronteira para estarem legais.*

Juntas as associações atravessam os mesmos problemas com esses imigrantes, e mediante algumas acções de esclarecimento tentam resolvê-los em colaboração com os seus parceiros ou com as entidades competentes.

É importante salientar que estas associações são instituições de familiarização, de partilha comum, segurança e que alguns aspectos das comunidades imigrantes só podem ser tratados e compreendidos por conterrâneo. Na companhia de outros imigrantes, muitas vezes da mesma origem, os associados podem partilhar e discutir problemas sem preconceitos e em igualdade, como apontar e participar na elaboração das iniciativas, para além de terem o poder de eleger ou ser eleitos. Os imigrantes, vêm netas associações uma ferramenta que lhes permite tentar alterar o rumo das comunidades perante uma sociedade que, muitas vezes, estabelece os seus destinos.

5.7- Acções Desenvolvidas para Promover a Integração

A intervenção social persiste a ocupar a função considerável nas actividades desenvolvidas pelas associações. Neste âmbito, a prioridade tem sido dada a formação profissional, motivada pelo facto de Portugal passar a beneficiar dos apoios financeiros integrados nos Quadros Comunitários¹¹. A este respeito Dr. Honório Alves refere que, *a nível do ensino informa-los quais são as escolas que podem inscrever para o término dos estudos.*

Paralelamente a intervenção no domínio educativo, mantêm-se nos anos 2000 a preocupação pela transmissão da cultura aos descendentes filhos dos imigrantes. O vice-presidente da Associação Unida e Cultural considera ser importante o incentivo dessas actividades culturais porque, só assim, os filhos de imigrantes nascidos em Portugal possam conhecer e participar na cultura dos seus pais. Encontramos assim muitos eventos e actividades, que se estendem pela organização de festas tradicionais e comemorações de datas históricas importantes para os respectivos países de origem até a criação de grupos de danças e de cantares. Actualmente é prática comum a todas as

¹¹ O Quadro Comunitário de Apoio I abrangeu os anos entre 1986 e 1993, o Quadro Comunitário de Apoio II decorreu entre 1994 e 1999.

associações a organização de iniciativas e âmbito recreativo e cultural. Para Sr. Humberto Santos, essas actividades culturais (...) *estão relacionadas com as comemorações e as festividades do PALOP*. Muitas das associações imigrantes que existem, particularmente as de menor dimensão reúnem os seus esforços neste sector.

São também desenvolvidas, nestas estas associações, actividades ligadas ao combate ao desemprego como nos diz o presidente da Associação Amigos do Príncipe (...) *incentivamos as pessoas a inscreverem-se num centro de emprego e entre nós, como amigos, vamos procurando emprego principalmente na construção civil (...)*.

No entanto, na Unida e Cultural, a procura de emprego é acompanhada por um técnico que trabalha na secção de IEF - Instituto de Emprego e Formação Profissional - (...) *no sentido de encaminhar as pessoas ao trabalho*.

Porém, o entendimento entre os intervenientes é a chave para que o processo de integração social e a concessão de direitos igualitários sejam bem sucedidos, não só para as populações de origem imigrante, mas também para os seus descendentes. Ao adoptar por exemplo os propósitos de legalizar os imigrantes em situação irregular, alterar a lei da nacionalidade, criar políticas reais de integração social e alterar o quadro legal, apresentados pela comissão na sua acção, verifica-se que esta associação pretende respostas concretas a problemas concretos; e nem sempre os poderes políticos têm respondido às exigências.

5.8 - Empreendedores sociais

Tal como acontece em outras associações de imigrantes, nas associações de imigrantes estudadas existem empreendedores sociais que, encontra-se na pessoa do presidente da associação quem tem a responsabilidade de coordenar, capacidade para identificar e aproveitar oportunidades.

Importa mencionar que, estas associações são iniciada por indivíduos com alguma experiência quer no campo empresarial quer no social. Ambos os entrevistados referiram que, tiveram alguma experiência. O vice-presidente da Associação Unida e Cultural refere o seguinte:

A minha ligação com o movimento associativo tem haver mais com política porque fui uma pessoa que trabalhei muito na política de oposição aquando dos governos que nasceram nos pós 25 de Abril. Desde muito novo que fui sempre solicitado para estar presente em associações juvenis e mais tarde como estudante em Portugal estive em movimentos contra o governo de Dr. Manuel Pinto da Costa (...). Tudo isto fez com que ganhasse um gosto por causas sociais em que acredito.

Pode expor-se ainda que, um dos aspectos que define um empreendedor social é a sua aptidão para diagnosticar uma situação, a leitura que faz em relação ao contexto e a justificação perante os potenciais apoios financeiros e não só. É neste sentido que pode considerar-se que os empreendedores sociais são um tipo especial de líderes, cujo pensamento prático e estratégico estão dedicados a buscar alternativas concretas para superar desigualdades sociais e transformar a realidade social. Confirma-se a ideia de alguns autores, quando afirmam que o empreendedor social é uma «espécie rara» de líder e que aplica o conhecimento e habilidade empresarial para resolver problemas sociais.

Se fizermos um paralelismo entre estes dois conceitos pode verificar-se que muitas das características existentes no empreendedor social também consta num líder associativo. Assim, pode enumerar-se várias qualidades que estão inerentes tanto nos líderes associativos como nos empreendedores sociais:

- Criar valor social;
- Influenciar na elaboração de políticas públicas;
- Actuar como protagonista para o desenvolvimento social;
- Ser persistentes;
- Consciencializar a população;
- Ajudar as pessoas;
- Desenvolver a sociedade;
- Melhorar a qualidade de vida, o bem-estar social e exercício da cidadania;
- Criar novos procedimentos e estratégias de gestão social;
- Envolver parceiros para os seus objectivos;
- Resolver problemas sociais.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do trabalho realizado até ao presente momento, onde se procura ressaltar que o objecto de nossa investigação, os empreendedores sociais, surgem num cenário contraditório, propiciado pelo avanço e os impactos da globalização, pode concluir-se que, de facto, as associações em contexto migratório desempenham um papel vital na divulgação e partilha da cultura dos são-tomenses no estrangeiro e é um importante impulsionador da integração social.

Em Portugal, tal como acontece noutros países, os imigrantes vêm-se confrontados com dificuldades, quer estas tenham sido a nível da língua, de hábitos, de infra-estruturas, a nível cultural ou exclusão social. Portanto, é neste ambiente muitas vezes adverso, que os imigrantes se reúnem e criam Associações, locais de divertimento, que assumem funções de divulgação, apoio e defesa do grupo imigrante.

À semelhança de qualquer organização, o que é mais importante numa associação são as pessoas que a constituem e que são os seus verdadeiros protagonistas. *Os dirigentes são o elemento realmente constituinte do associativismo, sendo a pedra angular do funcionamento da associação* (Carvalho, 1997: 53cit. in Silva, 2002:43).

Porém, por detrás deste rótulo de «coluna vertebral» da vida associativa, está todo um esforço que estes empreendedores sociais têm de despender de forma totalmente voluntária em proveito dos objectivos da associação. De facto, o empreendedor social, ao trabalhar benevolmente, dá uma parte fundamental da sua vida e do seu entusiasmo à associação, ao procurar garantir o seu funcionamento mais eficaz. Esta dádiva vai muito para além do seu tempo livre, na realidade, essas dádivas traduzem-se também em custos financeiros e em desgaste psicológico e físico. É principalmente no dirigente, que se afigura no empreendedor social, que reflecte a vida da associação, exigindo-lhe a dedicação de todo, ou quase todo o tempo livre.

Mas, para que essas associações imigrantes possam progredir, é importante que a experiência seja útil e positiva para todo recurso humano voluntário. Por não se tratar de uma iniciativa privada, estas associações imigrantes não podem transferir ao voluntariado a carga profissional que actualmente dele se espera. É preciso haver uma combinação de ferramentas de gestão aplicadas nessa realidade, bem como o sentido do

orgulho e lealdade inerentes ao trabalho voluntário. Deste modo, haverá ganhos e aprendizagens.

Um dos problemas destas associações é a constatação dos altos níveis de dependência financeira em relação às entidades públicas pois, recorrer à generosidade do Estado pode comprometer a sua dependência. E neste sentido, torna-se então indispensável que o Estado defenda uma distribuição de fundos e recursos de forma igualitária, não optando por apoiar associações e projectos que a si favoreça, mas que favoreça a comunidade em questão. A redução das fontes de financiamento levou essas associações a procurarem estratégias de captação de recursos para sobrevivência e continuidade de suas actividades. Portanto, urge que o Estado comece a olhar com outros olhos para o papel que essas associações desempenham na sociedade portuguesa. Relembre-se o empenho destas associações no processo extraordinário de legalização e o «barulho» que fizeram para reabilitarem o bairro Quinta de Mocho. Mas, fica aqui patente que não basta trabalhar individualmente é preciso unir os esforços para se fazerem ouvir.

O empreendedorismo social surge com a falha governamental, filantrópica e ineficiência das organizações sociais para resolver os problemas sociais. Assiste-se actualmente, a uma constatação da impossibilidade de o Estado reforçar, ou pelo menos manter, o seu papel de Estado-Providência, o que provoca a descentralização dos instrumentos de protecção social.

Foi neste contexto que procuramos desenvolver este estudo e analisar os empreendedores sociais: benefícios das associações imigrantes para a comunidade local. Da pesquisa concluímos:

- As associações imigrantes enfrentam vários obstáculos no cumprimento dos seus deveres. O primeiro e o mais importante tem a ver com a gestão dos recursos disponíveis, pois, dado o seu carácter não lucrativo não possuem sistemas de auto-suficiência.
- A dependência financeira a que estas associações estão sujeitas não lhes permite realizarem mais actividades que visem a integração social da comunidade local.
- Mesmo tendo a força de vontade e espírito de sacrifício na execução das suas tarefas, sem meios humanos e matérias, estes empreendedores não alcançam os seus objectivos.

- Todo ou quase todo recurso humano que dedicam o seu tempo nestas associações fazem-no pelo altruísmo, pela vontade de ajudar os outros, pela identificação com a causa e por questão de justiça social.
- Existe uma política de parcerias em que algumas instituições e entidades cooperam em actividades pontuais.
- São várias as acções implementadas por estas associações como: inserir os jovens no mercado de trabalho e formação profissional.
- Tal como nos diz Rex (1994), as associações imigrantes são instrumentos sociais que funcionam como forma de preservar a herança cultural do grupo ou de reforçar a sua própria identidade étnica. Também podemos encontrar nelas um suporte para o desenquadramento social dos imigrantes em relação ao choque cultural perante uma sociedade desconhecida.
- Nas associações de imigrantes estudadas podemos encontrar uma estrutura interna relativamente flexível. Portanto, verifica-se aquilo que Silva (2002) considera ser de pouco formal o que vai permitir a sobrevivência destas associações.
- A responsabilidade social destas associações é patente em todas as suas actividades e, principalmente, nas campanhas de solidariedade social que realizam.
- Para que os imigrantes sejam integrados socialmente, têm que se tornar participantes activos na vida económica, social, política, sindical entre outros, o que conduz ao exercício da verdadeira cidadania.

Enceramos este trabalho não com o sentimento de dever cumprido, mas também com a clareza de suas limitações face à infinidade de possibilidades e aprofundamentos que poderiam ser estabelecidos.

Mas, ao mesmo tempo, ao aprofundar o conhecimento do estado de arte do empreendedorismo social, depara-se com um sector complexo em que as «pequenas» associações imigrantes - pouco preparadas e sem quadros especializados - vão adaptando os processos de gestão cumprindo as normas exigidas para acederem a financiamentos que, posteriormente, beneficiam a população excluídas pelo actual sistema. Temos a esperança de que novas acções que visem a integração das minorias étnicas em Portugal sejam implementadas.

Há necessidade de preparar a sociedade de acolhimento, que se quer plural e

diversificada, obviando problemas do quotidiano, que as etnias ainda hoje provocam. Melhorar o nível de informação da comunidade quando as matérias de interesse consular, bem como outras medidas de ordem legal, e que tenham haver, por exemplo, com formação profissional, emprego e apoio social revela-se fundamental. Urge facultar a integração social através da habitação, interligando a comunidade com outro tipo de população de modo a diminuir as diferenças sociais. Há que procurar dinamizar acções de carácter cultural e especificamente são-tomense para facilitar melhor adaptação a sociedade portuguesa e a sua preservação.

7 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rosana (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas décadas de associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ARON, (1991), *Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa: Dom Quixote.

BARATA, Óscar Soares (1975), *Introdução às Ciências Sociais*, Lisboa: Bertrand.

BASTOS, José Gabriel Pereira, BASTOS, Susana Pereira (1999), *Portugal Multicultural: Situações e Estratégias Identitárias das Minorias Étnicas*, Lisboa: Fim do século Edições.

BASTOS, José Gabriel Pereira (2002), *Imigrantes, minorias étnicas e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo*, (CEMME- Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas Faculdade de Ciências Sociais e Humanas -Universidade Nova de Lisboa), (não publicado).

BRINCKERHOFF, Peter C. (2000), *Social entrepreneurship – the art of mission-based venture development*, New York: Wiley.

CARITA, Cristina; ROSENDO, Vasco Nuno (1993), «Associativismo Cabo-Verdiano em Portugal. Estudo de Caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa» *in Sociologia – Problemas e Práticas*, Lisboa, (13) pp.135-152.

CASHMORE, E. Ellis (1991), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, London, Routledge.

Committee on Voluntary Organizations (1978), *The future of voluntary organizations report of the Wolfenden Committee*, Londres: Croom Helm.

Comissão Europeia (1998), *Fostering entrepreneurship in Europe: Priorities for the future* (Comunicado), Com (98) 222 final, Bruxelas: Comissão Europeia.

COUTINHO, Maria Manuela C. (2002), *Economia Social em Portugal: a Emergência do Terceiro Sector na Política Social*, Lisboa: (s/n).

DEFOURNY, Jacques (2001), “Introductions: From Third Sector to Social Enterprise”, in Borzaga e Defourny (org.), 1-28.

DEFOURNY, Jacques *et al.*, (1999), *L'économie Sociale au Nort et au Sud*, Paris/Bruxelles: De Boeck Université.

DENZIN, N.R & LINCOLN, Y. S. (1994), *Handbook of Qualitative Research*, London: Sage Publications.

DRUKER, Peter (1987), *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*, São Paulo: Pioneira.

DRUCKER, Peter (1997), *As Organizações Sem Fins Lucrativos*, Lisboa: Difusão Cultural.

EVERS, Adalbert (1995), “Parto f the Welfare mix: the third sector as an intermediate area” in *Voluntas*, vol.6, nº2, pp.159-182.

FRANÇA, Luís de *et al* (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, nº 23, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

FERREIRA, Silva M. D. (2000), *O Papel das Organizações do Terceiro Sector na Reforma das Políticas Publicas de Protecção Social: uma abordagem teórica – histórica*, Coimbra: (s/n).

GIDDENS, Anthony (1992), «Ethnicity and Race» in *Sociology*, Cambridge, Polity Press, pp.242-273.

GIDDENS, Anthony (2002), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GONÇALVES, Miguel A. C.(2000), *O empreendedorismo em Portugal: Tipificação das empresas e perfil dos empreendedores*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

HÉBERT, R. & LINK, A (1982), *The entrepreneur*, New York: Praeger Publishers.

HELBA, Bénédicte (2003), *Bénévolat et Volontariat en France et dans le Monde*, Les études de la documentation Française.

JACKSON, John A. (1991) *Migrações*, Lisboa: Ed. Escher.

LABELLE, M.; THERREIN, M.; LEVY, J. (1994), «Le Discours des Leaders d'Associations Ethniques à Montréal» in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Poitiers, v.10, (2), pp. 119-145.

LEITÃO, José (1994), (sem título) in *Minorias Étnicas. A participação na Vida da Cidade. Actas do Colóquio*, Lisboa, câmara Municipal de Lisboa, 12 de Novembro, pp.59-62.

LÉSSARD-HÉBERT, Michelle, et al. (1994), *Investigação Qualitativa -Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

LOPES, Alexandra C. S. (2000), *O Terceiro Sector no Sistema de Bem-Estar: uma perspectiva comparativa das ligada ao complexo VIH/Sida*, Coimbra: (s/d).

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. (1998), *Fundamentos da Metodologia Científica*, São Paulo: Saraiva.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. (2003), *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo: Editora Atlas.

MAROY, Christian (1997), “ A análise qualitativa de entrevistas”, in ALBAELLO, Luc et al. *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravita.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César (2002), *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*, Rio de Janeiro: Qualitymark.

MONTEIRO, ALCIDES A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.

PEROTTI, António (1993/94), “Petit lexique anthropologique et sociologique de l’immigration” in *Mestrado. Relações Interculturais. Educação Intercultural*, Lisboa: Universidade Aberta.

PORTES, Alejandro (1999), *Migrações internacionais: Origens, tipos e modos de inovação*, Oeiras: Celta editora.

REX, John (1986), *Raça e Etnia*, Lisboa, Estampa.

REX, John (1994), «Ethnic Mobilisation in Britain» in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Poitiers, v.10 (1), pp.7-30.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986), “ Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência”, *Análise Social*, nº 22, pp.: 313-330.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Edição Universidade Aberta.

RUGY, Anne de (2000), *Dimensões Económicas e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural*, Oeiras: Celta Editora.

RUQUOY, Danielle (1997) “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador” in ALBAELLO, Luc et al, *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gravita, pp.84-116.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993) "O estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), Portugal: um Retrato Singular, Porto: Edições Afrontamento, pp. 15-56.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999) "A reinvenção solidária e participativa do Estado", *Oficina do CES*, 134.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org. 2001), *Globalização Fatalidade ou Utopia?* Lisboa: Edições Afrontamento.

SILVA, Fátima Geraldês (2002), *Associações Desportivas, Recreativas e Culturais: Caso da Covilhã*, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade da Beira Interior.

VENÂNCIO, José Carlos (2000), *O Facto Africano: elementos para uma sociologia de África*, Lisboa, Vega Editora.

VIEIRA, Renata M. F; GAUTHIER, Fernando A. O. (2000), Introdução ao empreendedorismo social. Anais. II Encontro Nacional de Empreendedorismo. Florianópolis.

INTERNET

ASHOKA (2004) "Social Entrepreneur"

http://www.ashoka.org/fellows/social_entrepreneur.cfm

<http://www.acidi.gov.pt/>

BORZAGA, C., LOSS, M., (2002), *Work Integration Social Enterprises in Italy*, "The Socio-Economic Performance of Social Enterprises in the Field of Integration by Work", (PERSE Project), EMES – European Research Network, Working Paper (02/02). <http://www.emes.net/fr/recherch/index.php>

DEES, J. Gregory (2001), "The Meaning of Social entrepreneurship"
http://www.fuqua.duke.edu/centers/case/documents/dees_SE.pdf.

DRAYTON, Willian (2003), *Social entrepreneurs*.
http://www.ashoka.org/fellows/social_entrepreneur.cfm

ECOTEC RESERARCH AND CONSULTING LIMITED (2001), Evolutions of the Third System and Employment Pilot Action- Final Report, European Commission DGV. [http://europa.eu.int/comm/employment_social/ empl_esp/3syst/index_en.htm](http://europa.eu.int/comm/employment_social/empl_esp/3syst/index_en.htm)

SILVA, Hélio Eduardo da (2003), *Empreendedorismo: o caminho para o sucesso no século XXI* http://200.252.248.103/sites/revistasebrae/04/artigos_01.htm

ANEXO I- Guião de Entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista realiza-se no âmbito da tese do Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social na Universidade da Beira Interior, e tem como objectivo a recolha de informações acerca dos *Empreendedores Sociais: Benefícios das Associações Imigrantes para a Comunidade Local*. Solicitamos a vossa colaboração a todos os níveis na realização desta entrevista, que destina-se única e exclusivamente a servir os propósitos estabelecidos na tese.

Características pessoais do entrevistado:

1. Nome: -----
2. Sexo -----
3. Data de Nascimento ___/___/___
4. Estado civil -----
5. Nacionalidade-----
6. Local de residência-----
7. Habilitação Escolar -----
8. Profissão -----
9. Data de chegada a Portugal ___/___/___

QUESTÕES:

1. Como e quando nasceu a Associação?
2. Qual a missão desta associação?
3. Como é que se pode caracterizar esta associação?
4. Qual a estratégia adoptada para a concretização dos objectivos desta associação?
5. Que cargo é responsável por estabelecer as estratégias para o alcance dos objectivos da associação e pelo planeamento das suas actividades?
6. Que situações (sociais e/ou económicas) são colocadas por estes imigrantes?
7. Qual o perfil do imigrante que procura esta associação?
8. Quais os percursos típicos de inserção desta comunidade imigrante?

9. Que dificuldades são enfrentadas pelos são-tomenses em Portugal e que tipo de respostas dão?
10. De que forma as actividades praticadas nesta associação beneficiam os imigrantes que dela recorrem?
11. Quais são as acções implementadas nesta associação para promoverem a inserção social dos imigrantes?
12. Como avaliar o contributo desta associação junto da comunidade (por ex: são-tomense)?
13. Sr. Presidente participa na e gestão desta organização?
14. Existe algum benefício para os funcionários?
15. Quais são os critérios utilizados pela direcção desta associação para seleccionar e manter os recursos humanos?
16. Quais os recursos materiais empregados nesta associação?
17. Como é vista, para si, a questão da liderança na associação?
18. Como são tomadas as decisões nesta associação?
19. Como são feitas as eleições?
20. Sendo uma associação a (nível local) as populações cooperam quando são chamadas a participarem numa campanha de solidariedade social?
21. Teve anteriormente alguma experiência no campo empresarial ou social?
22. Para si, em que difere esta associação das outras associações empresarial?
23. Qual é a dependência financeira desta associação?
24. Quais as principais barreiras encontradas para a implantação das suas acções?
25. Há viabilidade económica nesta associação?
26. Tem havido algum contributo dos governos no sentido de minimizar algumas carências existentes?
27. Existe uma política de parcerias nesta associação?
28. Qual o órgão responsável por fiscalizar as actividades da associação, especialmente em relação as contas?
29. Como é feita a medição do desempenho tendo em conta que se trata duma associação sem fins lucrativos?

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO II- Entrevistas